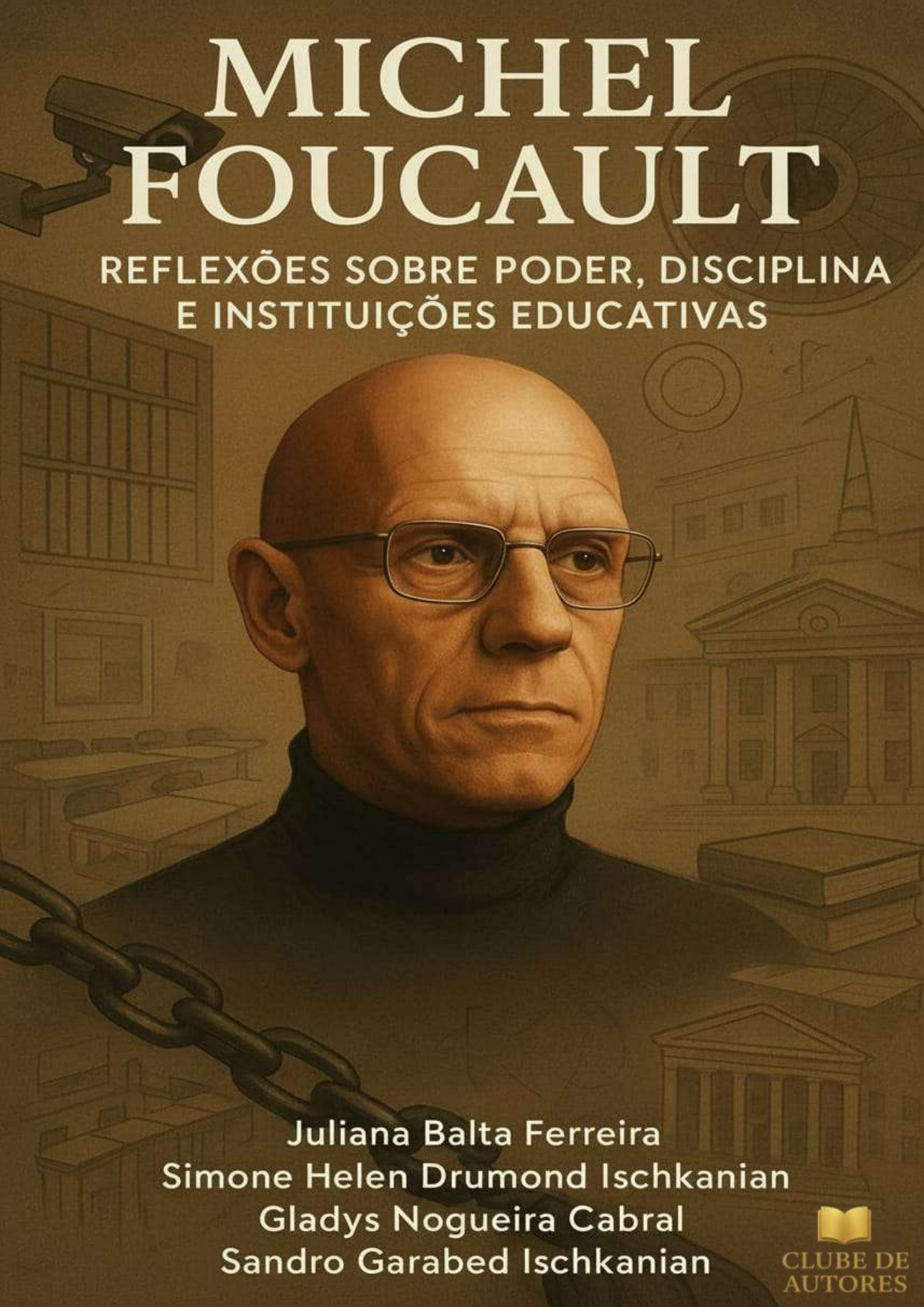
MICHEL FOUCAULT

REFLEXÕES SOBRE PODER, DISCIPLINA E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS



Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

CLUBE DE AUTORES

MICHEL FOUCAULT: REFLEXÕES SOBRE PODER, DISCIPLINA E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

O artigo “Michel Foucault: reflexões sobre poder, disciplina e instituições educativas” apresenta uma análise aprofundada da obra de Michel Foucault e suas contribuições para o campo da educação, especialmente na compreensão das relações de poder, dos dispositivos disciplinares e das formas de subjetivação que atravessam o espaço escolar. Duque, Costa Júnior, Di Santo, Oliveira, Queiroz, Placido, Souza, Ischkanian e Veloso (2023) articulam uma leitura crítica do pensamento foucaultiano, evidenciando como a escola moderna se constitui historicamente como uma instituição de controle, normalização e formação de sujeitos ajustados às exigências sociais e políticas. Partindo das obras Vigiar e punir (2008), Microfísica do poder (1979) e A ordem do discurso (1996), os autores analisam o modo como o poder se infiltra nas práticas cotidianas e nos discursos educacionais. Para Foucault, o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce em rede, circulando em todas as relações humanas. Ele é produtivo porque fabrica saberes, corpos dóceis e identidades normalizadas. A escola é compreendida como um dos principais dispositivos de poder da modernidade, ao lado das prisões, hospitais e fábricas, desempenhando o papel de disciplinar, vigiar e examinar os indivíduos. O texto enfatiza que a disciplina, enquanto tecnologia de poder, organiza o espaço, o tempo e o comportamento dos sujeitos, produzindo um modelo pedagógico baseado na vigilância e na obediência. As práticas escolares — como a disposição das carteiras, o uso do tempo, os exames e as punições simbólicas — funcionam como instrumentos de controle e de conformação social. A partir dessa leitura, os autores sugerem que a educação, mais do que transmitir conhecimentos, contribui para a construção de modos de ser e agir alinhados às normas de produtividade e moralidade vigentes. Duque, Costa Júnior, Di Santo, Oliveira, Queiroz, Placido, Souza, Ischkanian, Veloso (2023), não restringem sua análise a uma crítica negativa das instituições educativas. Inspirados por Deleuze (2005) e Veiga-Neto (2003), eles destacam que onde há poder, há também resistência. O reconhecimento das práticas de poder permite que educadores e pesquisadores identifiquem espaços de ruptura, criação e liberdade dentro da própria escola. Compreender o poder em sua complexidade é condição para repensar a prática pedagógica e promover novas formas de subjetivação, que acolham a diferença, a diversidade e a autonomia. A metodologia do estudo baseia-se em pesquisa documental e análise teórica, conforme os princípios de Creswell (2021), Lakatos e Marconi (2017) e Gil (2018). A abordagem qualitativa permite interpretar o discurso foucaultiano como ferramenta de reflexão crítica sobre a realidade educacional contemporânea. O artigo propõe, um deslocamento epistemológico: da educação como instrumento de reprodução social para a educação como campo de resistência e invenção de novas possibilidades de existência. Conclui-se que as reflexões de Foucault, reinterpretadas pelos autores, permanecem fundamentais para compreender o papel político da escola e os desafios da formação humana na atualidade. Ao tornar visíveis os mecanismos de poder e disciplina, o texto convida a repensar o papel do educador como sujeito que pode subverter práticas normalizadoras e fomentar processos de emancipação e liberdade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Michel Foucault; poder; disciplina; instituições educativas; subjetivação; educação contemporânea.

MICHEL FOUCAULT: REFLECTIONS ON POWER, DISCIPLINE, AND EDUCATIONAL INSTITUTIONS.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

The article *"Michel Foucault: Reflections on Power, Discipline, and Educational Institutions"* presents an in-depth analysis of Michel Foucault's work and its contributions to the field of education, particularly in understanding power relations, disciplinary mechanisms, and the forms of subjectivation that permeate the school environment. Duque, Costa Júnior, Di Santo, Oliveira, Queiroz, Placido, Souza, Ischkanian, and Veloso (2023) develop a critical reading of Foucauldian thought, highlighting how the modern school has historically been constituted as an institution of control, normalization, and formation of subjects adjusted to social and political demands. Drawing on Foucault's works *Discipline and Punish* (2008), *The Microphysics of Power* (1979), and *The Order of Discourse* (1996), the authors analyze how power infiltrates everyday practices and educational discourses. For Foucault, power is not something that one possesses, but something that is exercised through networks, circulating across all human relations. It is productive because it generates knowledge, docile bodies, and normalized identities. The school is understood as one of the main power apparatuses of modernity—alongside prisons, hospitals, and factories—playing the role of disciplining, surveilling, and examining individuals. The text emphasizes that discipline, as a technology of power, organizes space, time, and the behavior of subjects, producing a pedagogical model based on surveillance and obedience. School practices—such as the arrangement of desks, the management of time, examinations, and symbolic punishments—function as instruments of control and social conformity. From this perspective, the authors suggest that education, more than merely transmitting knowledge, contributes to constructing ways of being and acting aligned with prevailing norms of productivity and morality. Duque, Costa Júnior, Di Santo, Oliveira, Queiroz, Placido, Souza, Ischkanian, and Veloso (2023) do not limit their analysis to a negative critique of educational institutions. Inspired by Deleuze (2005) and Veiga-Neto (2003), they highlight that where there is power, there is also resistance. Recognizing the operations of power enables educators and researchers to identify spaces of rupture, creation, and freedom within the school itself. Understanding power in its complexity becomes essential for rethinking pedagogical practice and fostering new forms of subjectivation that embrace difference, diversity, and autonomy. The study's methodology is based on documentary research and theoretical analysis, following the principles of Creswell (2021), Lakatos and Marconi (2017), and Gil (2018). The qualitative approach allows Foucauldian discourse to be interpreted as a tool for critical reflection on contemporary educational reality. The article therefore proposes an epistemological shift: from education as an instrument of social reproduction to education as a field of resistance and the invention of new possibilities of existence. It concludes that Foucault's reflections, reinterpreted by the authors, remain essential for understanding the political role of the school and the challenges of human formation today. By making mechanisms of power and discipline visible, the text invites readers to reconsider the role of the educator as a subject capable of subverting normalizing practices and promoting processes of emancipation and freedom within the educational environment.

Keywords: Michel Foucault; power; discipline; educational institutions; subjectivation; contemporary education.

MICHEL FOUCAULT: REFLEXIONES SOBRE PODER, DISCIPLINA E INSTITUCIONES EDUCATIVAS.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

El artículo *"Michel Foucault: reflexiones sobre poder, disciplina e instituciones educativas"* presenta un análisis profundo de la obra de Michel Foucault y de sus contribuciones al campo de la educación, especialmente en lo que respecta a la comprensión de las relaciones de poder, los dispositivos disciplinarios y las formas de subjetivación que atraviesan el espacio escolar. Duque, Costa Júnior, Di Santo, Oliveira, Queiroz, Placido, Souza, Ischkanian y Veloso (2023) articulan una lectura crítica del pensamiento foucaultiano, evidenciando cómo la escuela moderna se ha constituido históricamente como una institución de control, normalización y formación de sujetos ajustados a las exigencias sociales y políticas. A partir de las obras *Vigilar y castigar* (2008), *Microfísica del poder* (1979) y *El orden del discurso* (1996), los autores analizan el modo en que el poder se infiltra en las prácticas cotidianas y en los discursos educativos. Para Foucault, el poder no es algo que se posee, sino algo que se ejerce en red, circulando en todas las relaciones humanas. Es productivo porque genera saberes, cuerpos dóciles e identidades normalizadas. La escuela se comprende como uno de los principales dispositivos de poder de la modernidad —junto con las prisiones, los hospitales y las fábricas—, desempeñando el papel de disciplinar, vigilar y examinar a los individuos. El texto destaca que la disciplina, entendida como una tecnología del poder, organiza el espacio, el tiempo y el comportamiento de los sujetos, produciendo un modelo pedagógico basado en la vigilancia y la obediencia. Las prácticas escolares —como la disposición de los pupitres, el uso del tiempo, los exámenes y las sanciones simbólicas— funcionan como instrumentos de control y conformación social. Desde esta perspectiva, los autores sostienen que la educación, más que transmitir conocimientos, contribuye a la construcción de modos de ser y actuar acordes con las normas de productividad y moralidad vigentes. Duque, Costa Júnior, Di Santo, Oliveira, Queiroz, Placido, Souza, Ischkanian y Veloso (2023) no limitan su análisis a una crítica negativa de las instituciones educativas. Inspirados en Deleuze (2005) y Veiga-Neto (2003), señalan que donde hay poder, también hay resistencia. El reconocimiento de las prácticas de poder permite que los educadores e investigadores identifiquen espacios de ruptura, creación y libertad dentro de la propia escuela. Comprender el poder en su complejidad se convierte en una condición esencial para repensar la práctica pedagógica y promover nuevas formas de subjetivación que acojan la diferencia, la diversidad y la autonomía. La metodología del estudio se basa en la investigación documental y en el análisis teórico, siguiendo los principios de Creswell (2021), Lakatos y Marconi (2017) y Gil (2018). El enfoque cualitativo permite interpretar el discurso foucaultiano como una herramienta de reflexión crítica sobre la realidad educativa contemporánea. El artículo propone, por tanto, un desplazamiento epistemológico: pasar de una educación entendida como instrumento de reproducción social a una educación concebida como campo de resistencia e invención de nuevas posibilidades de existencia. Se concluye que las reflexiones de Foucault, reinterpretadas por los autores, siguen siendo fundamentales para comprender el papel político de la escuela y los desafíos de la formación humana en la actualidad. Al hacer visibles los mecanismos de poder y disciplina, el texto invita a repensar el papel del educador como sujeto capaz de subvertir las prácticas normalizadoras y promover procesos de emancipación y libertad en el ámbito escolar.

Palabras clave: Michel Foucault; poder; disciplina; instituciones educativas; subjetivación; educación contemporánea.

MICHEL FOUCAULT: REFLEXÕES SOBRE PODER, DISCIPLINA E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

O pensamento de Michel Foucault, especialmente a noção de poder presente em *Microfísica do poder* (1979:182), constitui o eixo conceitual fundamental do texto *Michel Foucault: reflexões sobre poder, disciplina e instituições educativas*. A ideia de "captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações" revela uma compreensão descentralizada e difusa do poder, que não se restringe às instâncias superiores do Estado ou às estruturas jurídicas. O poder, segundo Foucault (1979:182), se exerce nos espaços cotidianos e concretos da vida social — nas relações interpessoais, nos discursos, nas normas e nos dispositivos que regulam o comportamento.

> Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (Foucault, 1979:182)

Essa concepção está intimamente articulada ao modo como a escola moderna se apresenta como uma instituição disciplinar. Observa-se que o ambiente escolar, embora se configure como espaço de formação e emancipação, é também um campo de vigilância, controle e normalização. Essa leitura é coerente com a afirmação de Foucault (1979:182), para quem o poder deve ser apreendido em "suas formas e instituições mais regionais e locais". A escola, nesse sentido, torna-se um exemplo concreto de como o poder se infiltra nas práticas aparentemente neutras — o exame, a disposição das carteiras, a rotina, o tempo e o comportamento — transformando-as em mecanismos de disciplinamento.

Ao deslocar o foco do poder soberano para o poder disciplinar, Foucault evidencia que o controle não se impõe apenas pela força, mas por meio de procedimentos minuciosos e técnicas de observação (Foucault, 1979:182). Essa noção sustenta a argumentação do texto ao demonstrar que o processo educativo é permeado por estratégias de docilização dos corpos e regulação das condutas. A "microfísica" do poder, portanto, se manifesta nos microgestos da pedagogia, nas normas de conduta e nos discursos pedagógicos que definem o que é o aluno ideal, o

comportamento adequado e o saber legítimo.

O texto também se apropria dessa perspectiva para propor uma reflexão crítica sobre o papel político da educação. Ao reconhecer que o poder se exerce em rede e que cada sujeito participa de sua manutenção e reprodução, entende-se que a escola é simultaneamente espaço de dominação e de resistência. Isso retoma uma das teses mais importantes de Foucault, segundo a qual "onde há poder, há resistência" (Foucault, 1979:182). Assim, compreender o poder nas "extremidades" implica reconhecer que nas mesmas relações que o sustentam emergem as possibilidades de transformação e liberdade.

A passagem de *Microfísica do poder* (1979:182) ilumina o sentido central de *Michel Foucault: reflexões sobre poder, disciplina e instituições educativas*: compreender a escola como um dispositivo de poder que atua não apenas por coerção, mas por meio da produção de saberes e subjetividades. Ao capturar o poder em suas dimensões mais cotidianas e invisíveis, Foucault revela que educar é também governar, e que repensar a educação é um ato de resistência e reconfiguração das formas de poder que atravessam a sociedade contemporânea.

O pensamento foucaultiano busca compreender como o poder se infiltra nos espaços mais íntimos da vida social, produzindo subjetividades e ordenando o campo do saber. Segundo Foucault (1979), o poder "ultrapassa as regras de direito que o organizam e delimitam", agindo em instâncias regionais e locais, onde regula condutas e estabelece normas. Essa análise aproxima o poder de práticas cotidianas e microestruturas, afastando-o da noção de soberania ou do monopólio estatal e revelando-o como multiplicidade de forças que configuram o tecido social.

A originalidade de Foucault está em mostrar que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo: ele fabrica verdades, legitima discursos e cria regimes de visibilidade. O autor argumenta que "o poder produz saber e o saber reforça o poder" (*Vigiar e Punir*, 2008), indicando um entrelaçamento constante entre ambas as esferas. Assim, o poder não atua apenas para proibir ou punir, mas para induzir comportamentos, determinar o que é normal ou anormal e estabelecer critérios de validade para o conhecimento.

O poder, portanto, não deve ser compreendido como uma estrutura fixa, mas como uma estratégia em movimento. Foucault (1977) descreve essa dinâmica ao afirmar que "o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares". Essa concepção descentralizada rompe com o paradigma clássico de dominação, pois reconhece que cada indivíduo é simultaneamente sujeito e objeto do poder, exercendo-o e sofrendo seus efeitos em relações complexas e móveis.

O interesse de Foucault pelas instituições disciplinares surge da necessidade de analisar onde o poder se materializa de modo mais evidente. Em *Vigiar e Punir* (2008), o autor descreve o nascimento das prisões modernas como exemplo de uma nova racionalidade política que

transforma o controle físico em técnica de vigilância e correção. As práticas disciplinares, segundo ele, constituem "a anatomia política do corpo humano", regulando gestos, tempos e movimentos em nome da eficiência e da ordem.

A escola, para Foucault, é uma das instituições que melhor expressam essa lógica disciplinar. O autor identifica na educação moderna o mesmo conjunto de procedimentos de observação, registro e exame que caracterizam a prisão ou o quartel. Em suas palavras, "a vigilância hierárquica e o exame são os instrumentos mais sutis e eficazes de dominação" (Foucault, 2008). O espaço escolar, assim, converte-se em um ambiente de adestramento simbólico, no qual o comportamento é medido e classificado conforme padrões normativos.

O saber pedagógico não é neutro, mas atravessado por relações de poder que definem o que pode ser dito, ensinado ou avaliado. Foucault (1996) observa que "cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade", apontando que o conhecimento escolar participa desse regime ao determinar o que é legítimo ou ilegítimo como saber. A escola, portanto, funciona como dispositivo de produção de verdades e subjetividades, orientando o modo como o sujeito aprende a perceber a si mesmo e o mundo.

A análise foucaultiana revela que o poder opera mais pela persuasão e pelo controle simbólico do que pela coerção direta. Foucault (1979) argumenta que "o poder é menos uma propriedade do que uma estratégia", evidenciando que seu exercício depende da circulação contínua entre diferentes níveis e atores sociais. Essa fluidez faz do poder um campo de disputas constante, no qual resistências e acomodações coexistem e se redefinem.

A resistência, para Foucault, não se encontra fora do poder, mas é parte constitutiva dele. Em *História da Sexualidade* (1977), ele escreve que "onde há poder, há resistência", destacando que toda relação de dominação engendra também possibilidades de ruptura e criação. Essa visão confere à ação humana uma dimensão ética e política, pois cada sujeito pode intervir nas redes de poder que o atravessam, transformando-se e transformando o meio em que vive.

No contexto educacional, essa concepção implica compreender o processo de ensino e aprendizagem como campo de disputas simbólicas e políticas. Foucault (2006) sustenta que "a educação é o meio pelo qual o indivíduo é levado a reconhecer-se como sujeito", evidenciando que o ato de ensinar envolve tanto a transmissão de saberes quanto a formação de identidades. A prática docente, assim, torna-se um espaço estratégico onde o poder pode ser reproduzido ou questionado.

A pedagogia inspirada em Foucault propõe que o educador assuma uma postura crítica diante das formas institucionais de controle e normalização. O autor defende que o papel do intelectual não é dizer aos outros o que devem fazer, mas "interrogar as evidências e sacudir os hábitos" (Foucault, 1980). A partir dessa atitude, o educador torna-se agente de resistência, capaz

de problematizar as verdades impostas e abrir caminhos para novas formas de subjetivação.

As relações entre poder e saber também se manifestam na produção científica e acadêmica. Foucault (1996) afirma que "todo saber é o efeito de um conjunto de práticas e de relações de poder", indicando que até mesmo o discurso científico está atravessado por escolhas políticas e epistemológicas. A neutralidade, portanto, é uma ilusão: todo conhecimento é situado, histórico e permeado por jogos de verdade que definem o que é considerado legítimo em determinado tempo.

Essa abordagem teórica permite repensar as instituições não como estruturas fixas, mas como campos em permanente transformação. Foucault (2005) observa que "o poder deve ser analisado como algo que circula, que só funciona em cadeia", o que implica compreender a sociedade como um conjunto de dispositivos em interação. Tal visão convida à análise crítica das práticas escolares, médicas, jurídicas e administrativas que moldam o comportamento e o pensamento dos indivíduos.

A concepção foucaultiana de poder traz implicações diretas para a reflexão sobre liberdade e autonomia. O autor sustenta que "a liberdade é a condição ontológica do poder" (Foucault, 1984), indicando que o exercício do poder só faz sentido quando há possibilidade de resistência. Essa ideia desloca a liberdade de um ideal abstrato para uma prática concreta, vivida nas relações cotidianas e construída nas brechas do controle institucional.

A análise do poder em Foucault conduz, finalmente, a uma nova ética da responsabilidade e da criação de si. Nos últimos cursos do Collège de France, o filósofo afirma que "o cuidado de si é a forma mais elevada de liberdade" (Foucault, 2006). Essa perspectiva reconfigura a noção de sujeito, que deixa de ser mero produto das instituições e passa a ser compreendido como autor de sua própria transformação, capaz de reinventar-se no interior das redes de poder que o atravessam.

Compreender o poder em Foucault é compreender a própria condição moderna: um mundo em que a dominação se disfarça de racionalidade, mas também em que a resistência surge como gesto criador (Foucault, 1979:182). A reflexão foucaultiana permite perceber que as instituições, inclusive a escola, não operam apenas como espaços de imposição de normas, mas também como arenas de negociação e criação de subjetividades. Cada prática pedagógica, cada técnica de avaliação ou disciplina corporifica relações de poder que moldam o comportamento e o pensamento dos indivíduos, revelando que o cotidiano escolar está imerso em estratégias sutis de normalização e produção de saberes.

A reflexão foucaultiana, ao evidenciar os mecanismos de disciplina e controle, convida a pensar a educação, a política e a ética sob novas perspectivas, nas quais o saber não é instrumento de opressão, mas possibilidade de libertação e de reinvenção da vida. Sob essa ótica, o educador

assume um papel estratégico na construção de espaços de autonomia, incentivando a crítica e a reflexão nos alunos (Foucault, 1979:182). O reconhecimento de que o poder se manifesta em múltiplas dimensões abre caminho para práticas pedagógicas que problematizam a autoridade e a normalização, permitindo que a escola seja simultaneamente um local de aprendizagem e de criação de alternativas às relações de dominação existentes.

2. DESENVOLVIMENTO

O estudo das instituições escolares sob a perspectiva foucaultiana permite compreender a escola como um espaço profundamente atravessado por relações de poder que se manifestam de maneira estratégica e cotidiana. Foucault (1999:29) afirma que somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, indicando que cada ação institucional está imersa em mecanismos de normatização e vigilância. Complementando, Dreyfus e Rabinow (2010) destacam que essas relações de poder não apenas controlam, mas também moldam subjetividades, evidenciando a complexidade do exercício do poder nas práticas educativas.

O panoptismo, conceito desenvolvido por Foucault, fornece um modelo teórico que ilumina como a observação constante produz docilidade e conformidade. Foucault (1999:29) ressalta que somos coagidos a dizer a verdade ou encontrá-la, revelando que a vigilância não opera apenas pela coerção, mas pela internalização das normas. Deleuze (2005) acrescenta que o panóptico se converte em uma máquina de disciplinamento que transforma os indivíduos em sujeitos visíveis e auditáveis, exemplificando o poder que atravessa o espaço escolar.

> Para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. (Foucault, 1999:29)

O exame surge como uma tecnologia de controle capaz de medir, classificar e normalizar os indivíduos dentro do sistema educacional. Foucault (1999:29) enfatiza que somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la, mostrando que o conhecimento se torna uma obrigação institucional. As palavras e os discursos organizados na escola, segundo Foucault (1985), constituem saberes que funcionam como instrumentos de poder, determinando o que deve ser aprendido e como a verdade é produzida dentro da pedagogia.

A prática do exame permite que a escola construa hierarquias e padrões de normalidade, definindo o que é adequado ou inadequado, talentoso ou deficiente. Foucault (1999:29) evidencia que o poder necessita da verdade para funcionar, o que implica que as avaliações escolares

produzem simultaneamente conhecimento e dominação. A ordem do discurso, como ressalta Foucault (1996), contribui para estabelecer normas de veracidade que guiam os comportamentos e legitimações dentro do contexto escolar.

A normalização, portanto, atua como mecanismo central na produção de indivíduos que se ajustam às demandas institucionais e sociais. Foucault (1999:29) reforça que somos forçados a produzir a verdade pelo poder, destacando que a conformidade não é imposta apenas externamente, mas internalizada pelos sujeitos. Dreyfus e Rabinow (2010) apontam que o efeito dessas práticas é a criação de subjetividades ajustadas, capazes de reproduzir a ordem social e institucional de maneira naturalizada.

A função política do educador, sob a ótica foucaultiana, ultrapassa o simples papel de transmissor de conhecimento. Foucault (1999:29) indica que somos coagidos a produzir a verdade, mostrando que a autoridade pedagógica também depende da relação com o saber e do controle sobre a formação dos sujeitos. Deleuze (2005) argumenta que o educador pode atuar como agente de resistência, utilizando sua posição para questionar normas e abrir espaços de reflexão crítica.

A atuação política do educador implica reconhecer que toda relação pedagógica está imersa em um conjunto de estratégias de poder que definem o que é aceitável ou esperado. Foucault (1999:29) destaca a necessidade de produzir a verdade para que o poder funcione, enfatizando que a resistência se manifesta justamente na capacidade de questionar e subverter essas verdades. A ordem do discurso (Foucault, 1996) serve como referência para compreender como certas verdades são legitimadas e outras marginalizadas, orientando práticas críticas do educador.

O poder-saber emerge como princípio organizador da pedagogia moderna, indicando que a produção de conhecimento e a dominação estão indissociavelmente vinculadas. Foucault (1999:29) observa que somos condenados a confessar ou encontrar a verdade, evidenciando que o saber institucional não é neutro, mas orientado por relações de poder. Conforme Foucault (1985), os discursos escolares são construídos historicamente e regulam o que pode ser considerado legítimo, estabelecendo padrões de conhecimento que perpetuam estruturas sociais.

As práticas escolares, portanto, são simultaneamente educativas e políticas, moldando a forma como os alunos percebem a si mesmos e a sociedade. Foucault (1999:29) explica que somos coagidos a produzir a verdade, mostrando que o aprendizado se dá em um contexto em que o poder e o conhecimento se entrelaçam. Dreyfus e Rabinow (2010) acrescentam que essa interligação cria sujeitos que internalizam normas e, simultaneamente, possuem capacidade crítica de questioná-las.

A arquitetura disciplinar da escola, associada ao panoptismo, ao exame e à normalização, demonstra como a visibilidade e a vigilância produzem efeitos de conformidade. Foucault

(1999:29) indica que a verdade é produzida pelo poder, reforçando que a observação contínua transforma o comportamento em disciplina internalizada. Deleuze (2005) enfatiza que a organização espacial e temporal da escola funciona como máquina de normatização que prepara os sujeitos para a vida social disciplinada.

O exame, ao registrar e avaliar cada desempenho, funciona como mecanismo de controle que gera saber sobre os indivíduos. Foucault (1999:29) afirma que somos forçados a produzir a verdade pelo poder, mostrando que a avaliação escolar direciona o comportamento e legitima a autoridade institucional. As palavras e os discursos estruturados na escola (Foucault, 1985) permitem compreender como o conhecimento é utilizado como instrumento de controle e conformidade.

A formação de subjetividades normalizadas é, portanto, um efeito direto das relações de poder e saber na escola. Foucault (1999:29) reforça que somos coagidos a confessar ou encontrar a verdade, revelando que os indivíduos internalizam padrões de comportamento e pensamento. Foucault (1996) evidencia que os discursos determinam limites e possibilidades de ação, consolidando identidades normativas que definem o que é considerado comportamento aceitável.

O educador, enquanto agente político, pode atuar na tensão entre poder e resistência. Foucault (1999:29) evidencia que o poder exige a produção da verdade, mostrando que qualquer ação pedagógica envolve negociações e intervenções críticas. Deleuze (2005) destaca que a resistência se dá na capacidade do educador de criar espaços de liberdade e de questionamento dentro da instituição escolar.

O poder-saber orienta todas as dimensões da prática escolar, desde o planejamento das aulas até a organização do espaço físico. Foucault (1999:29) afirma que somos condenados a encontrar a verdade ou produzi-la, enfatizando que o conhecimento institucional é inseparável do exercício do poder. Foucault (1985) reforça que toda relação de saber está imersa em uma rede de poder que determina a legitimidade e a circulação das informações.

A interligação entre panoptismo, exame, normalização, função política do educador e poder-saber demonstra que a escola é um dispositivo complexo de poder. Foucault (1999:29) reforça que somos coagidos a produzir a verdade, evidenciando que cada prática institucional é carregada de significados normativos. Dreyfus e Rabinow (2010) acrescentam que reconhecer essa complexidade permite transformar práticas educacionais em espaços de crítica e emancipação.

A análise foucaultiana evidencia que o espaço escolar não se limita a transmitir conteúdos ou habilidades, mas funciona como um território onde o poder se manifesta de forma sutil e estratégica. Foucault (1999:29) reforça que o poder exige a produção da verdade, mostrando que cada prática pedagógica, cada avaliação e cada norma interna contribuem para moldar os comportamentos e as percepções dos alunos. Nesse contexto, a disciplina e a vigilância estruturam

o cotidiano escolar, ao mesmo tempo em que criam possibilidades de reflexão crítica, permitindo que os sujeitos compreendam as condições de sua própria conformidade e as relações de poder que atravessam suas vidas.

Deleuze (2005) complementa essa perspectiva ao destacar que a resistência não precisa se limitar à negação do poder; ela pode ser produtiva e transformadora, oferecendo caminhos para que educadores e estudantes reinventem as formas de ensino e aprendizagem. Essa abordagem possibilita uma pedagogia que valoriza a autonomia, a criatividade e a capacidade de questionar regras normativas, tornando a escola um espaço de produção de saberes e subjetividades críticas. Compreender o poder em suas microfísicas permite não apenas analisar os mecanismos de controle, mas também identificar oportunidades de emancipação e inovação dentro do próprio ambiente educacional.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre *Michel Foucault: reflexões sobre poder, disciplina e instituições educativas*. Foucault (1999:29) evidencia que somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, indicando a necessidade de compreender não apenas práticas pedagógicas, mas também os mecanismos subjacentes de poder que as atravessam. Segundo Creswell (2021), a pesquisa qualitativa busca interpretar significados, sentidos e processos sociais, priorizando a compreensão dos fenômenos em seu contexto natural e histórico.

A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender a complexidade das práticas pedagógicas contemporâneas, mais do que quantificar dados ou resultados. Gil (2018) afirma que a pesquisa bibliográfica permite o aprofundamento teórico, promovendo uma análise crítica das obras já consolidadas sobre determinado tema. Helder (2006) complementa, destacando que a pesquisa documental é fundamental para acessar materiais de fontes primárias e secundárias, garantindo consistência e rigor acadêmico no estudo de fenômenos complexos, como a relação entre poder, disciplina e educação.

Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pela investigação bibliográfica, cujo objetivo é reunir, sistematizar e analisar a produção científica existente sobre o tema. Richardson (1999) explica que esse tipo de pesquisa baseia-se na exploração de obras previamente publicadas, incluindo artigos, dissertações, livros e documentos eletrônicos. A bibliografia consultada serve de suporte para a construção do referencial teórico e para o desenvolvimento das análises, permitindo identificar lacunas na produção científica e fornecer subsídios para a reflexão crítica sobre o papel da escola enquanto dispositivo de poder.

A pesquisa também se caracteriza como documental por incluir materiais acessados em bases digitais e científicas, contendo dados relevantes para a análise do objeto de estudo. Foram selecionadas obras disponíveis em livros, revistas, jornais e plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu e Google Acadêmico, considerando critérios de atualidade, pertinência temática e rigor acadêmico. Lakatos e Marconi (2010) e Quivy e Campenhoudt (2008) destacam que a análise documental exige sistematização criteriosa, garantindo consistência teórica e relevância dos dados examinados.

A coleta de dados iniciou-se com o levantamento das palavras-chave mais recorrentes na literatura da área, como disciplina, poder, subjetivação, metodologias pedagógicas e instituições educativas. Esse mapeamento possibilitou identificar um conjunto de textos que abordam a temática sob diferentes perspectivas, permitindo um olhar plural e crítico. A etapa seguinte consistiu na leitura exploratória de títulos e resumos para filtrar os materiais mais aderentes aos objetivos da pesquisa, priorizando relevância, qualidade e diversidade de enfoques.

Após a triagem inicial, os artigos selecionados foram submetidos à leitura analítica, buscando identificar elementos comuns, tensões e contribuições singulares. Sousa, Oliveira e Alves (2021) ressaltam que a sistematização criteriosa das informações é fundamental para evitar contradições e interpretações equivocadas. Durante a análise, foram identificadas categorias temáticas relacionadas à arquitetura disciplinar da escola, ao exame como tecnologia de controle, à formação de subjetividades normalizadas, à função política do educador e ao poder-saber como princípio organizador da pedagogia moderna.

Os procedimentos de análise envolveram a comparação entre as produções localizadas, considerando categorias definidas a partir dos objetivos específicos da pesquisa. Gil (2008) enfatiza que a análise comparativa permite evidenciar padrões, contrastes e recorrências, contribuindo para a construção de uma narrativa interpretativa consistente. Lakatos e Marconi (2017) reforçam que essa abordagem possibilita a articulação entre aspectos teóricos, pedagógicos e epistemológicos, revelando conexões entre as diferentes obras analisadas.

O cruzamento das informações permitiu destacar convergências e divergências entre as experiências e reflexões apresentadas nos textos, evidenciando práticas e estratégias institucionais relacionadas à disciplina, ao controle e à produção de saberes. A pesquisa bibliográfica e documental fornece subsídios para compreender o papel político da escola e a forma como o poder se manifesta nas instituições educativas, bem como os espaços possíveis de resistência e transformação.

A análise exigiu do pesquisador um olhar crítico e dialógico sobre os dados coletados, evitando a simples reprodução das ideias expostas nas fontes. Vergara (2014) aponta que é essencial interpretar os textos à luz de objetivos claros, cruzando informações e relacionando

conceitos para gerar novas reflexões teóricas. Dias e Endlich (2017) reforçam que a pesquisa documental deve ser conduzida de maneira responsável, garantindo rigor na interpretação e consistência na análise.

A abordagem qualitativa adotada permite explorar a complexidade das práticas educacionais a partir de diferentes recortes, considerando fatores históricos, sociais e institucionais. Creswell (2021) enfatiza que essa perspectiva possibilita compreender as experiências, significados e relações sociais de forma profunda, considerando a singularidade de cada contexto educacional.

O levantamento e a categorização das informações buscou organizar o material de forma lógica e articulada, permitindo identificar os principais aspectos do pensamento foucaultiano aplicados à educação. A partir da análise documental, tornou-se possível relacionar conceitos de poder, disciplina e subjetivação com práticas pedagógicas contemporâneas, evidenciando tanto mecanismos de controle quanto possibilidades de emancipação.

A pesquisa bibliográfica e documental também permitiu integrar diferentes autores e abordagens, como Foucault (1985; 1996; 1999), Deleuze (2005) e Dreyfus e Rabinow (2010), consolidando um referencial teórico robusto para compreender a atuação do poder e suas implicações nas instituições escolares.

A metodologia adotada priorizou a interpretação crítica dos textos e documentos, articulando dados empíricos e teóricos de maneira reflexiva. A análise buscou identificar não apenas padrões recorrentes, mas também tensões e ambiguidades presentes nas práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de uma visão ampla sobre o papel do poder e da disciplina na educação.

Por fim, a sistematização dos dados e a categorização temática permitiram construir um quadro coerente sobre as relações de poder, saber e subjetividade no contexto escolar. A pesquisa evidencia que, ao interpretar criticamente a produção científica existente, é possível compreender a escola como espaço de controle e, simultaneamente, de resistência e inovação pedagógica.

O estudo do tema “Michel Foucault: reflexões sobre poder, disciplina e instituições educativas” apoia-se em obras clássicas e contemporâneas que permitem compreender tanto os fundamentos teóricos do autor quanto a aplicação de suas ideias à educação. As obras de Foucault, como *Vigiar e punir* (2008), *Microfísica do poder* (1979) e *A ordem do discurso* (1996), são fundamentais para entender como o poder se manifesta nas instituições e como a disciplina atua na produção de subjetividades. *As palavras e as coisas* (1985) contribui para a análise da construção do saber, enquanto *Em defesa da sociedade* (1999; 2005) e *História da sexualidade* (1977) aprofundam a compreensão das relações entre poder, verdade e normatividade.

Autores como Deleuze (2005; 1996) e Dreyfus e Rabinow (2010) oferecem leituras interpretativas e críticas do pensamento foucaultiano, ampliando a compreensão de conceitos como dispositivo, poder-saber e resistência, essenciais para a análise das práticas educativas contemporâneas. Candiotto (2010), Castelo Branco e Veiga-Neto (2011) e Castro (2009) contribuem para a interpretação conceitual e política de Foucault, tornando possível relacionar suas ideias à dinâmica escolar e às estratégias de controle e emancipação.

O estudo de Beccaria (2004), apesar de anterior a Foucault, fornece subsídios para compreender a gênese histórica do controle social e do disciplinamento, reforçando a análise das instituições educacionais como dispositivos de poder que moldam comportamentos. Colli (2006; 2010) e Coelho (1968) oferecem bases filosóficas e teóricas que ajudam a situar o pensamento foucaultiano em diálogo com o estruturalismo, a história da filosofia e as instituições sociais.

As obras de Veiga-Neto (2003) e Duque et al. (2023) permitem uma aproximação direta entre as ideias de Foucault e a educação contemporânea, oferecendo reflexões sobre psicologia, diversidade e práticas pedagógicas, fundamentais para contextualizar o estudo no campo educacional. Elas articulam conceitos foucaultianos com a realidade escolar, destacando a função política do educador e a produção de subjetividades normalizadas.

Para o desenvolvimento metodológico, Creswell (2021), Gil (2008; 2018), Lakatos e Marconi (2010; 2017), Richardson (1999), Severino (2016) e Vergara (2014) fornecem fundamentos sobre pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, orientando a coleta, categorização e análise de dados. Helder (2006), Quivy e Campenhoudt (2008) e Dias e Endlich (2017) reforçam a importância da análise documental responsável, permitindo que a investigação respeite critérios de rigor, pertinência e atualidade das fontes.

Em conjunto, essas referências estabelecem um referencial teórico robusto, permitindo relacionar a análise foucaultiana do poder, disciplina e saber com as práticas e instituições educacionais. A literatura permite compreender a escola como espaço de controle e de resistência, mostrando que as estratégias pedagógicas não são neutras, mas atravessadas por relações de poder que moldam identidades, comportamentos e conhecimentos.

2.2. MICHEL FOUCAULT: TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Michel Foucault (1926-1984) foi um dos mais influentes filósofos franceses do século XX, cuja obra se caracteriza pela análise crítica das relações entre poder, saber e subjetividade. Seu pensamento desafiou os modelos tradicionais da filosofia e das ciências humanas, propondo uma reflexão sobre como as instituições sociais — como a escola, a prisão, o hospital e o sistema psiquiátrico — exercem formas sutis e persistentes de controle sobre os indivíduos. Ao investigar o modo como o poder se manifesta nas práticas cotidianas, Foucault desenvolveu o conceito de

“microfísica do poder”, expressão que designa a capilaridade das relações de dominação presentes em todas as esferas sociais.

Nascido em 15 de outubro de 1926, na cidade de Poitiers, na França, em uma família de médicos, Foucault formou-se em Filosofia e posteriormente graduou-se em Psicologia Patológica. Atuou como psicólogo em hospitais e penitenciárias, experiência que influenciou profundamente sua compreensão das dinâmicas institucionais de vigilância e correção. Sua trajetória acadêmica incluiu o magistério em diversas universidades, como as da Suécia, Alemanha, Tunísia, Estados Unidos e França, além de conferências ministradas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, em 1965. Foucault faleceu em Paris, em 25 de junho de 1984, vítima de complicações relacionadas à AIDS, deixando um legado filosófico de grande impacto nas ciências humanas e na educação.

Reflete sobre o sistema penal e a filosofia do poder, que aparecem amalgamados em sua obra "Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões". O objetivo do livro era pensar toda a "tecnologia do poder", que teria surgido no século XVIII
Para ele, o domínio no qual se exerce o poder não é a lei, mas sim, a norma, que produz condutas, gestos e o próprio indivíduo moderno
Para regular a vida dos indivíduos existe o "poder disciplinar", empregado em hospitais, escolas, fábricas e prisões. Para explicar essa nova forma de disciplina e vigilância, Foucault cita o clássico exemplo do Panóptico (literalmente, "vê-se tudo") para prisões. Trata-se de uma estrutura em forma circular, com uma plataforma de observação erguida no meio. Isso possibilitava que um observador central espionasse as celas situadas abaixo, ao redor do prédio
MICHEL FOUCAULT
Filósofo francês
"Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo"
"Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo"
O efeito do Panóptico é criar a aparente onipresença do inspetor na mente dos ocupantes, "induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação com o exame"

Foucault compreendia que a sociedade moderna é marcada por formas sofisticadas de dominação, nas quais o poder não se concentra apenas nas mãos do Estado, mas se distribui em redes, incorporando-se às instituições e aos saberes que as legitimam. Para o filósofo, a disciplina tornou-se o principal mecanismo de controle social, responsável por moldar corpos, comportamentos e subjetividades. A modernidade é caracterizada por um processo de normalização que visa domesticar os indivíduos, tornando-os dóceis e úteis ao sistema social.

No campo educacional, Foucault identificou a escola como uma das "instituições de sequestro", ao lado das prisões, hospitais e quartéis. Nessas instituições, os sujeitos são retirados de seus contextos originais e submetidos a práticas de vigilância e regulação contínuas. A escola, segundo o autor, deixou de ser um espaço de punição explícita para tornar-se um ambiente de domesticação, no qual o comportamento e o pensamento dos alunos são moldados de acordo com as exigências da sociedade. Ao tratar do controle sobre os discursos e os saberes, Foucault (1979) afirma que "todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo".

A análise foucaultiana mostra que as práticas escolares e pedagógicas estão impregnadas de poder e disciplina. O exame, a avaliação e as normas de conduta constituem tecnologias de controle que classificam, hierarquizam e normalizam os indivíduos. O filósofo demonstra que, mais do que transmitir conhecimento, a escola participa de um processo político de produção de subjetividades ajustadas às necessidades da sociedade moderna. Ao mesmo tempo, reconhece que onde há poder, há também resistência, e que a educação pode ser repensada como espaço de emancipação e reinvenção da vida coletiva.

A obra *Vigiar e Punir* (1975) é uma das mais emblemáticas de sua trajetória intelectual. Nela, Foucault investiga o surgimento das prisões modernas e as transformações nas práticas punitivas a partir do século XVIII. O autor mostra como o suplício público, característico do poder monárquico, foi substituído por formas mais discretas e eficientes de controle — o encarceramento, a vigilância e a disciplina. O panoptismo, inspirado na arquitetura idealizada por Jeremy Bentham, é apresentado como metáfora do funcionamento das sociedades modernas: todos são potencialmente observados, o que gera autovigilância e conformidade.

Entre suas principais obras, destacam-se *História da Loucura* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966), *A Arqueologia do Saber* (1969), *Isto Não é um Cachimbo* (1973), *Microfísica do Poder* (1979) e *História da Sexualidade* (1976-1984). Em *As Palavras e as Coisas* (1985), o filósofo examina as condições históricas que tornam possível o surgimento das ciências humanas, enquanto em *A Ordem do Discurso* (1996) reflete sobre os mecanismos de exclusão e controle que determinam quais discursos são legitimados como verdadeiros.

A série *História da Sexualidade* representa um marco em sua investigação sobre o poder, pois analisa como o discurso científico e moral sobre o sexo contribuiu para o controle social e político dos corpos. O primeiro volume, *A Vontade de Saber* (1976), apresenta o conceito de biopoder — uma forma de poder que se exerce sobre a vida e a população. Os volumes seguintes, *O Uso dos Prazeres* e *O Cuidado de Si*, publicados em 1984, ampliam a reflexão sobre a ética e a constituição do sujeito na antiguidade.

A filosofia foucaultiana, portanto, rompe com a ideia de poder como algo centralizado e repressivo, propondo uma concepção mais difusa e produtiva. O poder, para Foucault, não apenas reprime, mas também produz saberes, normas e identidades. Essa perspectiva tem implicações diretas para o campo educacional, uma vez que permite compreender a escola não apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas como um ambiente em que se constroem subjetividades e relações de poder.

A leitura de Foucault, complementada por estudiosos como Deleuze (2005) e Dreyfus e Rabinow (2010), contribui para repensar o papel da educação contemporânea. Deleuze interpreta Foucault como um pensador das forças e da resistência, destacando que toda estrutura disciplinar contém em si a possibilidade de transformação. Dreyfus e Rabinow, por sua vez, enfatizam a importância do método arqueológico e genealógico para compreender os processos históricos de constituição do saber e das instituições.

Ao refletir sobre o entrelaçamento entre poder e conhecimento, Foucault convida a educação a reinventar-se como prática crítica e ética, capaz de questionar as verdades instituídas e abrir espaço para novas formas de subjetivação. Sua contribuição ultrapassa os limites da filosofia, oferecendo à pedagogia contemporânea instrumentos analíticos para compreender como os discursos e as práticas moldam a experiência humana.

2.3. A CONCEPÇÃO FOUCAULTIANA DE PODER COMO REDE RELACIONAL

Michel Foucault desenvolveu uma das análises mais originais e transformadoras sobre o poder no pensamento contemporâneo. Para o filósofo francês, o poder não é algo que se possui ou que pertence a uma classe ou instituição, mas um conjunto de relações múltiplas, móveis e dinâmicas que atravessam todo o tecido social. Em sua obra *Microfísica do Poder*, o autor argumenta que é necessário observar o poder em suas manifestações mais sutis, nos gestos, nos corpos e nas práticas cotidianas, onde ele se torna mais eficaz e invisível. Essa descentralização do poder permite compreender que ele não se limita ao Estado ou ao governo, mas se expressa nas micro-relações sociais, nos vínculos interpessoais e nos mecanismos de controle disseminados nas instituições.

Foucault (1999:297) explica que existem técnicas distintas de poder: uma centrada no corpo e outra centrada na vida. “Uma técnica que é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população.” Essa distinção entre as formas disciplinares e biopolíticas do poder revela a complexidade de sua ação: o poder disciplina corpos e regula populações, produzindo, obediência e normalização.

> Uma técnica que é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população. (Foucault, 1999:297)

O pensamento foucaultiano rompe com a concepção jurídica e negativa de poder, predominante na filosofia política tradicional. Em vez de entender o poder como imposição ou repressão, ele o define como uma rede produtiva que atravessa e constitui os sujeitos. Como indica Deleuze (2005), o poder em Foucault deve ser pensado como uma multiplicidade de forças que se enfrentam e se transformam continuamente. Essa visão enfatiza que o poder não apenas coage, mas cria realidades, fabrica verdades e institui modos de existência.

A partir dessa perspectiva, a análise das instituições ganha novo sentido. Foucault observa que as escolas, as prisões, os hospitais e os quartéis não são simples locais de organização social, mas dispositivos de poder e saber que moldam comportamentos e produzem sujeitos. Em *Vigiar e Punir* (2008), ele demonstra que o poder disciplinar funciona por meio da vigilância e da normalização, criando indivíduos úteis e dóceis. O exame e a observação contínua tornam-se instrumentos de controle que transformam a vida social em um espaço de supervisão permanente.

Em sua genealogia do poder, Foucault (1979) mostra que o poder não é uma estrutura estática, mas um campo de forças em constante movimento. O que caracteriza sua ação é a forma como ele se infiltra nas práticas mais comuns e nos discursos mais banais, convertendo o cotidiano em um espaço político. Essa concepção modifica radicalmente a compreensão do sujeito, que deixa de ser apenas objeto de dominação para se tornar também ponto de resistência. Onde há poder, há resistência, e é precisamente na multiplicidade dessas resistências que se abrem as possibilidades de transformação.

A ideia de rede relacional, central no pensamento de Foucault, evidencia que o poder não flui de cima para baixo, mas circula em todas as direções. Essa dinâmica implica que ninguém está completamente fora ou acima do poder; todos participam, de algum modo, de seu exercício. Dreyfus e Rabinow (2010) destacam que, ao introduzir o conceito de rede, Foucault rompe com o modelo hierárquico das teorias políticas clássicas, aproximando o poder das práticas concretas e das relações de saber que o sustentam.

A relação entre poder e saber é um dos eixos estruturantes da obra foucaultiana. O autor argumenta que o saber não é neutro nem desinteressado, mas produto de relações de poder que definem o que pode ser dito, pensado e conhecido. Em *A Ordem do Discurso* (1996), Foucault examina os mecanismos que regulam a produção do discurso e determinam quais enunciados são legitimados como verdadeiros. Essa articulação entre poder e saber faz com que as instituições educativas e científicas se tornem lugares privilegiados de produção e controle da verdade.

No contexto educacional, essa análise assume importância singular. Foucault identifica na escola uma das principais expressões do poder disciplinar moderno. O espaço escolar, o currículo, os horários e as avaliações constituem mecanismos de vigilância e adestramento que organizam os corpos e as mentes dos alunos. Veiga-Neto (2003) observa que a pedagogia moderna, ao incorporar as técnicas disciplinares, tornou-se parte do dispositivo de poder-saber que estrutura as sociedades contemporâneas. Dessa forma, a educação é compreendida tanto como instrumento de controle quanto como campo possível de resistência e emancipação.

O biopoder, conceito desenvolvido por Foucault em *Em Defesa da Sociedade* (1999), amplia essa reflexão, mostrando que, a partir do século XVIII, o poder passa a atuar sobre a vida em escala coletiva. A preocupação do Estado e das instituições com a saúde, a natalidade, a higiene e a produtividade revela um novo tipo de racionalidade política, voltada para a gestão dos corpos e das populações. Essa tecnologia de poder opera não pela violência direta, mas pela normatização dos comportamentos e pela administração da existência.

Castro (2009) explica que, ao descrever o poder como uma rede de relações, Foucault desmonta a visão essencialista de sujeito autônomo e racional. O indivíduo moderno é um efeito das práticas discursivas e institucionais que o constituem, e sua identidade é sempre o resultado de processos históricos de subjetivação. Essa concepção implica que o poder não é algo externo ao sujeito, mas uma condição de sua própria constituição.

A genealogia do poder proposta por Foucault também permite compreender como os saberes científicos se articulam às estratégias de dominação. Em *As Palavras e as Coisas* (1985), o autor mostra que as ciências humanas emergem como parte de um projeto de racionalização que busca ordenar o mundo e os indivíduos. A produção do conhecimento, nesse contexto, é inseparável do exercício do poder, pois define os critérios do que é normal, verdadeiro e aceitável.

Candiotto (2010) observa que a crítica foucaultiana da verdade é uma das contribuições mais relevantes para o pensamento contemporâneo. Para o filósofo, não existe uma verdade universal ou transcendental; o que há são regimes de verdade produzidos em contextos históricos específicos. Esses regimes legitimam determinadas práticas e discursos, funcionando como instrumentos de poder. Pensar a verdade sob essa ótica significa, portanto, investigar as condições que permitem sua emergência e os efeitos que produz sobre os sujeitos.

A concepção de poder em rede conduz à ideia de resistência como elemento constitutivo das relações sociais. Foucault afirma que toda relação de poder implica a possibilidade de resistência, pois, sem ela, o poder deixaria de existir como relação e se tornaria mera dominação. Deleuze (1996) reforça esse ponto ao interpretar o pensamento foucaultiano como uma filosofia da diferença, em que o poder é sempre acompanhado de forças que o desafiam e o transformam.

No campo ético, o filósofo avança para a reflexão sobre as formas de constituição de si. Em *História da Sexualidade* (1977), Foucault propõe uma análise sobre como os indivíduos são levados a produzir verdades sobre si mesmos, tornando-se sujeitos de determinado regime de poder. A ética, nesse contexto, não é um código de conduta, mas um exercício de liberdade, uma prática de si que permite ao sujeito resistir e criar novas formas de existência.

A concepção foucaultiana de poder como rede relacional, portanto, revela uma visão profundamente crítica e inovadora da modernidade. O poder não é uma estrutura fixa nem uma força que reprime de fora, mas uma condição imanente à vida social, que atravessa corpos, discursos e instituições. Essa compreensão abre caminho para uma análise mais complexa das práticas educativas, políticas e científicas, permitindo vislumbrar nelas tanto os mecanismos de sujeição quanto as potências de resistência e criação.

2.4. A DISCIPLINA COMO TECNOLOGIA DE CONTROLE E FORMAÇÃO

A concepção foucaultiana de disciplina representa um marco decisivo na compreensão das estruturas de poder que moldam a modernidade. Michel Foucault analisa a disciplina como um conjunto de técnicas que visam à docilização dos corpos e à organização minuciosa das condutas. Em *Vigiar e Punir* (1975), o autor mostra que a disciplina emerge como uma tecnologia política que ultrapassa os limites das prisões e infiltra-se nas instituições escolares, hospitalares e militares. A sociedade moderna, segundo essa leitura, é estruturada por mecanismos de controle que tornam o poder onipresente e difuso.

A disciplina, conforme Foucault (1979:289), articula-se à noção de governabilidade e à produção de subjetividades moldadas pelas instituições. Ele destaca que "a população não só como força do soberano, mas como sujeito das necessidades e aspirações, consciente daquilo que se quer, e inconsciente em relação ao que se quer que ela faça." Essa observação revela a natureza sutil do poder moderno, que atua simultaneamente sobre os corpos e sobre as consciências. O indivíduo é governado não apenas por coerção externa, mas por meio da internalização das normas que o controlam.

A estrutura disciplinar fundamenta-se em práticas de vigilância, hierarquização e normalização. O olhar constante, representado pelo modelo panóptico de Jeremy Bentham, simboliza o funcionamento do poder moderno. A visibilidade torna-se uma armadilha, pois os sujeitos passam a comportar-se como se estivessem sempre observados. Foucault (1975) demonstra que o controle, ao invés de manifestar-se por castigos físicos, opera por meio da organização do tempo, do espaço e dos gestos. O corpo, antes objeto de punição, transforma-se em instrumento de produção e utilidade.

No ambiente escolar, essas práticas assumem forma pedagógica e aparente neutralidade.

A escola torna-se o espaço por excelência de aplicação da disciplina, utilizando o controle dos horários, a disposição das carteiras e o exame como instrumentos de vigilância e classificação. Dreyfus e Rabinow (2010) afirmam que o sistema educacional moderno reflete a racionalidade do poder disciplinar, uma vez que forma sujeitos dóceis e produtivos, capazes de corresponder às exigências do Estado e do mercado. A instituição escolar, assim, naturaliza o controle e legitima as hierarquias sociais.

O exame desempenha papel central nesse processo, funcionando como técnica que associa saber e poder. Foucault (1985) observa que o exame combina vigilância e julgamento, criando um campo de visibilidade e diferenciação. O conhecimento produzido por meio das avaliações legitima a ordem institucional e classifica os indivíduos em padrões de normalidade. A disciplina, portanto, é inseparável da produção de saberes, pois o poder se sustenta no discurso científico e pedagógico que o justifica.

A normalização é o mecanismo que consolida o poder disciplinar. Ela define o que é considerado comportamento adequado e determina o que deve ser corrigido. Veiga-Neto (2003) observa que o processo de normalização escolar transforma o aprendizado em uma forma de regulação social. O sujeito disciplinado aprende não apenas conteúdos, mas também modos de ser e agir que o ajustam às expectativas institucionais. A escola, ao invés de libertar, conforma e integra os indivíduos a uma ordem previamente estabelecida.

A disciplina não se impõe apenas pela força, mas pela sutileza das práticas cotidianas. Foucault (1979) indica que o poder moderno é mais eficaz quando se torna invisível, quando os próprios sujeitos assumem a responsabilidade por vigiar-se. A obediência não é imposta de fora, mas construída internamente. Essa interiorização das normas transforma o poder em algo quase natural, dissolvendo as fronteiras entre liberdade e controle.

Deleuze (2005) interpreta esse fenômeno como a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, em que o poder se torna contínuo e flexível. O controle deixa de estar confinado às instituições e se espalha pelas redes sociais, pelo trabalho e pela vida privada. A escola, nesse novo contexto, continua sendo um dos principais laboratórios de docilização, mas agora complementada por tecnologias digitais e dispositivos de vigilância simbólica.

O poder disciplinar também atua na produção de corpos úteis e economicamente rentáveis. Foucault (1999) argumenta que o governo das condutas está ligado à administração das populações, transformando a vida em objeto de cálculo e intervenção. A biopolítica, como extensão da disciplina, gerencia as condições de existência coletiva, articulando o poder ao campo da economia e da saúde. O corpo torna-se, assim, espaço de investimento político e produtivo.

A racionalidade disciplinar encontra respaldo na ciência moderna e no discurso pedagógico. Foucault (1996) evidencia que o saber é sempre atravessado por relações de poder, e

que as verdades produzidas pelas instituições não são neutras. O controle do discurso é, portanto, uma estratégia de manutenção da ordem social. A educação, ao reproduzir saberes hegemônicos, contribui para a perpetuação de desigualdades e exclusões.

O poder disciplinar não é unidirecional. Ele circula, atravessa e constitui as relações sociais. Castro (2009) interpreta essa característica como uma rede relacional, na qual o poder se exerce e se resiste simultaneamente. Todo exercício de poder implica a possibilidade de resistência, o que significa que as instituições também são espaços de tensão e disputa. O sujeito disciplinado não é apenas passivo; ele pode agir criticamente e subverter as normas que o formaram.

A pedagogia contemporânea enfrenta o desafio de repensar o papel da disciplina à luz dessa análise. Candiotto (2010) argumenta que compreender a crítica foucaultiana é condição para promover uma educação que reconheça o poder sem reproduzir suas formas autoritárias. O educador, ao tomar consciência dos mecanismos disciplinares, pode atuar como mediador ético, estimulando a autonomia e a reflexão crítica dos estudantes.

A disciplina, portanto, é ambivalente: ao mesmo tempo que oprime, organiza e possibilita a convivência social. Foucault (1977) enfatiza que o poder não é apenas repressivo, mas produtivo, pois cria saberes, valores e identidades. O desafio ético consiste em transformar as tecnologias de controle em práticas de formação voltadas para a liberdade e para a pluralidade.

A crítica foucaultiana à disciplina convida à revisão das práticas pedagógicas e institucionais. A vigilância, o exame e a normalização continuam presentes, mas podem ser ressignificados quando submetidos à reflexão. Beccaria (2004), ao tratar do direito e da punição, já apontava a necessidade de pensar o controle social a partir da razão e da justiça. Nesse sentido, o pensamento foucaultiano amplia essa preocupação, deslocando-a para o campo da subjetividade e da educação.

Pensar a disciplina como tecnologia de controle e formação é compreender a própria lógica da modernidade e suas formas de governo. As práticas cotidianas, aparentemente neutras, estão carregadas de estratégias de poder que moldam os modos de ser e de pensar. Foucault nos convida a reconhecer esses mecanismos não para negá-los, mas para reinventá-los, transformando a docilidade em potência criadora e a obediência em consciência crítica.

2.5. A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DE PODER

A análise foucaultiana da escola revela que essa instituição não se limita à função pedagógica tradicional. Segundo Foucault (2008), a escola moderna se organiza como um dispositivo de poder, semelhante a prisões, quartéis e hospitais, no qual o controle das condutas é sistemático e contínuo. A observação, a classificação e a avaliação tornam-se práticas centrais, que

moldam comportamentos e produzem sujeitos conformes às exigências sociais.

Foucault (1979) aponta que a disciplina escolar opera na microfísica do poder, penetrando nos detalhes da rotina, nos tempos de aula e na disposição espacial das salas. Cada ação, gesto e rotina dos alunos são potencialmente vigiados e avaliados, criando um efeito de autocontrole e internalização das normas. A escola torna-se, assim, um espaço de produção de subjetividades alinhadas à ordem social.

Deleuze (2005) complementa que o poder escolar não é meramente coercitivo, mas produtivo, pois gera saberes, identidades e comportamentos que refletem os valores da sociedade. A normalização estabelecida no contexto escolar organiza os indivíduos em padrões de aptidão, obediência e disciplina, permitindo que o Estado e outras instituições sociais mantenham a hegemonia sobre os corpos e as ações.

A prática do exame constitui-se em ferramenta central desse processo disciplinar. Foucault (1985) explica que o exame combina vigilância e julgamento, produzindo simultaneamente conhecimento sobre os sujeitos e mecanismos de controle sobre eles. A avaliação não apenas mede o desempenho acadêmico, mas classifica e hierarquiza os indivíduos, reforçando relações de poder e criando efeitos de exclusão ou valorização social.

Beccaria (2004) discute como a educação, ao assimilar a lógica do controle e da normatização, torna-se um instrumento político, capaz de manter ou modificar a apropriação dos saberes e da verdade. O processo educativo, nesse sentido, não é neutro; ele participa da construção de uma ordem social específica, perpetuando estruturas de poder históricas e contemporâneas.

O conceito de panoptismo de Foucault (1975) descreve como a vigilância constante, mesmo quando invisível, leva os sujeitos a internalizar as regras, criando obediência voluntária. A arquitetura escolar, com suas regras, horários e rotinas, funciona como mecanismo de controle e disciplina que permeia a experiência cotidiana dos alunos. Cada ação se torna passível de monitoramento e correção.

Veiga-Neto (2003) argumenta que a escola opera não apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas também como laboratório de docilidade. O aluno aprende a comportar-se segundo expectativas implícitas de produtividade, pontualidade e conformidade, enquanto as diferenças individuais são moldadas ou corrigidas para se ajustarem às normas institucionais.

A produção de saberes na escola está diretamente ligada ao poder. Foucault (1996) ressalta que o discurso pedagógico legitima as normas institucionais, definindo o que é verdadeiro e aceitável. O ensino, portanto, funciona simultaneamente como instrumento de formação intelectual e social, orientando a percepção, a ação e os valores dos sujeitos.

Castro (2009) destaca que o vocabulário escolar e os códigos de conduta reforçam a normalização. Palavras, regras e procedimentos funcionam como dispositivos simbólicos que disciplinam e estruturam a experiência dos alunos, naturalizando o poder que se exerce sobre eles. A linguagem institucionaliza expectativas e regula comportamentos de modo sutil e constante.

Candiotto (2010) enfatiza que a crítica à verdade escolar evidencia a função política do ensino: a educação define os padrões de conhecimento, estabelece prioridades e influencia a maneira como os sujeitos percebem e interpretam o mundo. Saber e poder tornam-se inseparáveis, e a escola emerge como um espaço de disputa e legitimidade social.

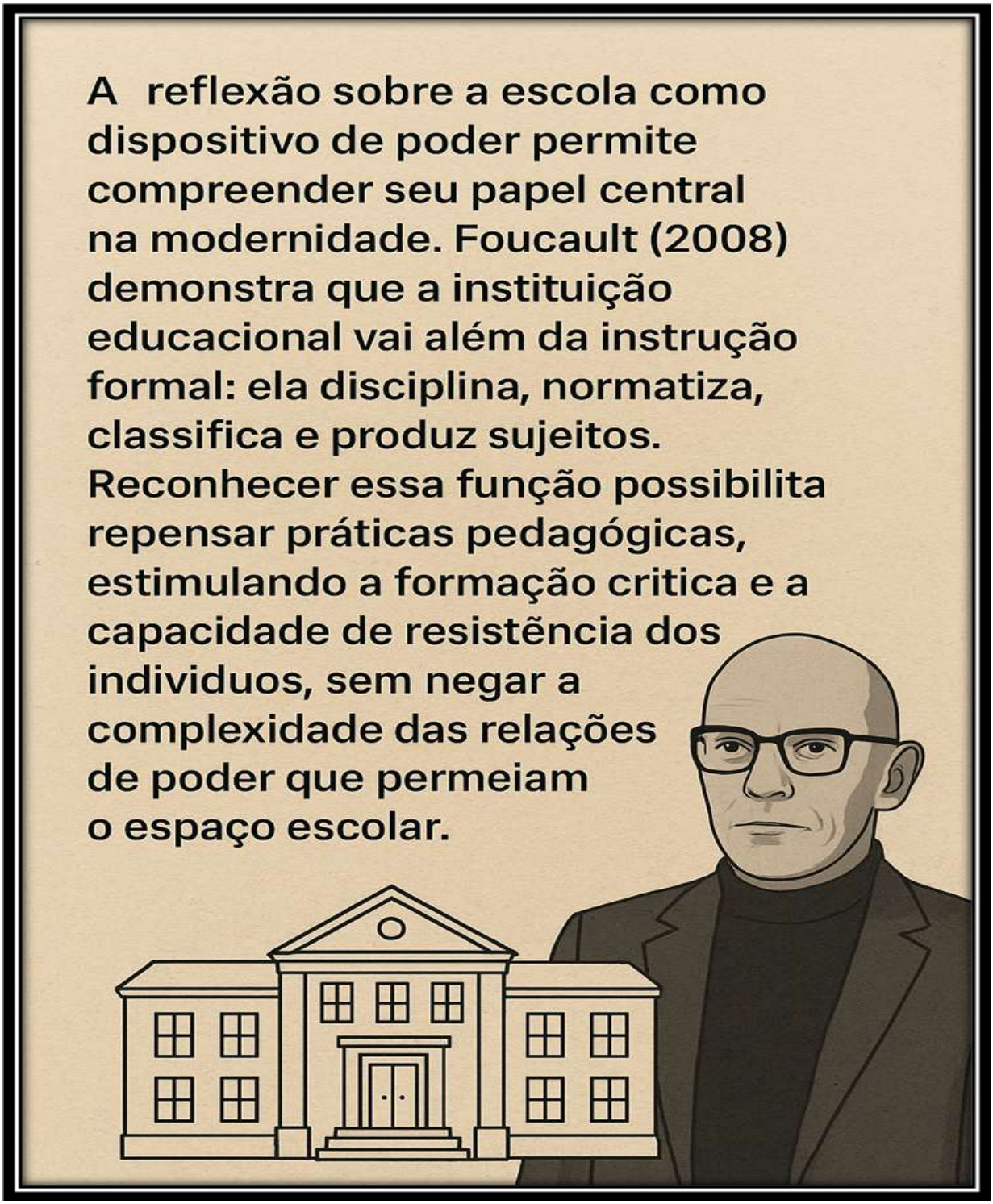
A escola também opera como espaço de resistência, ainda que limitado. Deleuze (1996) argumenta que em qualquer dispositivo de poder existe potencial para subversão. Professores, alunos e outros agentes podem questionar regras, reinterpretar saberes e criar formas de autonomia dentro do ambiente escolar, ainda que a instituição continue estruturada por mecanismos disciplinares.

A internalização da disciplina e da normatização contribui para a formação de indivíduos ajustados, mas também capazes de consciência crítica. Foucault (1977) indica que o poder é produtivo: molda corpos e mentes, mas simultaneamente cria condições para a contestação e o pensamento independente. A escola, portanto, é um espaço ambíguo, onde poder e resistência coexistem.

Colli (2010) observa que a escola reflete a lógica das instituições modernas, nas quais a formação do indivíduo é inseparável da manutenção da ordem social. O controle sobre os corpos e comportamentos, juntamente com a produção de saberes, permite à sociedade organizar-se e reproduzir-se em padrões históricos.

A tecnologia do poder escolar também se manifesta nas práticas pedagógicas contemporâneas. Foucault (1999) explica que a gestão do tempo, do espaço e das interações sociais constitui técnica de governabilidade, orientando os alunos a comportarem-se de acordo com padrões normativos e produtivos. O planejamento escolar, os currículos e as avaliações operam como instrumentos de controle invisível.

A compreensão da escola como um dispositivo de poder permite analisar seu papel central na modernidade de maneira mais ampla. Foucault (2008) evidencia que a instituição escolar não se limita à transmissão de conhecimentos formais, mas atua como um mecanismo de disciplina e normatização. A escola classifica, organiza e molda comportamentos, formando sujeitos de acordo com padrões sociais e culturais predominantes. Esse processo inclui a vigilância, a avaliação e a regulação de condutas, que configuram formas sutis de poder capazes de influenciar identidades e trajetórias individuais.


A reflexão sobre a escola como dispositivo de poder permite compreender seu papel central na modernidade. Foucault (2008) demonstra que a instituição educacional vai além da instrução formal: ela disciplina, normatiza, classifica e produz sujeitos. Reconhecer essa função possibilita repensar práticas pedagógicas, estimulando a formação critica e a capacidade de resistência dos individuos, sem negar a complexidade das relações de poder que permeiam o espaço escolar.

Reconhecer essas funções da escola abre espaço para repensar práticas pedagógicas, promovendo uma educação que vá além da simples instrução e busque a emancipação crítica dos alunos. Ao compreender as dinâmicas de poder presentes no ambiente escolar, é possível incentivar a reflexão, o questionamento e a resistência, formando indivíduos capazes de analisar e intervir nas estruturas que os atravessam.

É fundamental considerar a complexidade das relações de poder na escola, que envolvem não apenas professores e alunos, mas também políticas educacionais, hierarquias administrativas e normas sociais mais amplas. Assim, a escola pode ser vista simultaneamente como espaço de dominação e de potencial libertação, desafiando educadores e estudantes a navegarem criticamente entre essas dimensões.

2.6. A POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

A escola, enquanto instituição central na modernidade, desempenha um papel que vai muito além da simples transmissão de conhecimento. “Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício” (Foucault, 1977, p. 182). Essa perspectiva revela que a educação molda sujeitos, organiza comportamentos e estabelece normas que se incorporam à vida cotidiana de estudantes e docentes.

> “Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício”. (Foucault, 1977, p. 182)

O funcionamento da escola como dispositivo de poder implica a vigilância constante, a classificação e a avaliação, instrumentos que disciplinam corpos e mentes. Para Foucault (2008), esses mecanismos não apenas restringem, mas também produzem maneiras específicas de ser e agir no mundo. Ao compreender essas dinâmicas, torna-se possível identificar pontos de intervenção que permitem a reorganização de práticas pedagógicas, promovendo uma experiência educacional mais crítica e reflexiva.

A resistência surge como elemento inseparável do poder. Deleuze (1988) afirma que a própria existência de regras e hierarquias enseja contrafluxos, espaços nos quais indivíduos podem contestar, reinterpretar e subverter normas. Na escola, tais manifestações podem se dar através de questionamentos, produções criativas e engajamentos coletivos que desafiam padrões instituídos.

A consciência sobre a produção de subjetividades permite que educadores e alunos reconheçam os condicionamentos que atravessam suas ações. Segundo Foucault (2008), compreender as redes sutis de poder significa perceber como elas se materializam em práticas aparentemente neutras, como horários, currículos e avaliações. Este entendimento habilita a construção de estratégias pedagógicas que valorizem a autonomia, incentivem a crítica e promovam a participação ativa de todos os envolvidos.

A prática educativa pode ser transformadora quando assume a complexidade das relações de poder e não apenas as reproduz. Deleuze (1988) reforça que a resistência não é somente negativa, mas produtiva, capaz de gerar novas formas de pensar, agir e se relacionar. Incorporar essa visão na escola implica repensar métodos, redimensionar espaços de diálogo e criar oportunidades de experimentação que ampliem a experiência de aprendizagem.

A disciplina escolar, embora estruturante, também oferece brechas para a experimentação e a criatividade. Foucault (1977) mostra que é justamente nas extremidades do poder que surgem os potenciais de transformação, os pontos onde normas podem ser questionadas e redefinidas. Essas lacunas possibilitam práticas pedagógicas que não se limitam à memorização ou ao cumprimento de regras, mas que fomentam a autonomia e a reflexão crítica dos estudantes.

A compreensão do poder como algo difuso e presente em todos os níveis da escola permite enxergar o cotidiano escolar sob uma nova perspectiva. Para Foucault (2008), não há poder sem relações e não há relação sem possibilidades de resistência. Esse entrelaçamento indica que cada gesto, cada interação e cada decisão pedagógica tem potencial de ser transformadora, dependendo do olhar crítico de quem atua no espaço educativo.

O papel do educador se redefine quando reconhece sua posição no jogo de forças que atravessa a instituição. Deleuze (1988) enfatiza que aqueles que entendem a dinâmica do poder podem estimular a autonomia, incentivar a criatividade e gerar espaços de liberdade dentro de estruturas hierárquicas. A função docente, nesse contexto, não é apenas ensinar conteúdos, mas facilitar a construção de sujeitos conscientes, críticos e capazes de intervir em seu próprio processo formativo.

A experiência estudantil também se transforma quando alunos percebem o poder presente nas normas e rotinas escolares. Foucault (1977) alerta para a necessidade de captar o poder em suas ramificações mais sutis, nos detalhes cotidianos que moldam comportamentos e expectativas. Ao tomar consciência dessas forças, os estudantes podem desenvolver estratégias de resistência, criando formas alternativas de engajamento e participação, que fortalecem sua capacidade de agir de maneira autônoma.

A escola deve ser compreendida como um espaço ambivalente: simultaneamente reguladora e potencialmente libertadora. Deleuze (1988) sugere que a criatividade, a

experimentação e a contestação são intrínsecas ao exercício do poder, emergindo onde menos se espera. Reconhecer essa ambivalência é fundamental para repensar práticas pedagógicas que valorizem a autonomia, a colaboração e o desenvolvimento de habilidades críticas, promovendo um ambiente mais justo e democrático.

A análise das estruturas escolares revela que o poder não é apenas imposto de cima para baixo, mas circula por diversas camadas e atores. Foucault (2008) demonstra que cada interação cotidiana, cada avaliação e cada norma contribuem para a formação de subjetividades específicas. Compreender essas circulações permite que educadores e alunos identifiquem oportunidades de resistência e experimentação, transformando o cotidiano escolar em um espaço de criação e reflexão.

A prática pedagógica emancipatória exige coragem para questionar padrões arraigados e redirecionar processos estabelecidos. Deleuze (1988) reforça que a resistência não se dá apenas no plano teórico, mas em ações concretas que subvertem ou reinventam práticas institucionais. Estratégias como projetos interdisciplinares, aprendizagem colaborativa e debates críticos se configuram como instrumentos de transformação que ampliam a participação e o protagonismo de estudantes e professores.

A reflexão sobre poder e resistência também traz à tona a necessidade de políticas educativas sensíveis às singularidades de cada contexto escolar. Foucault (1977) sugere que a atenção às extremidades do poder revela oportunidades de intervenção, mostrando que as regras gerais podem ser reinterpretadas de maneiras que beneficiem a formação integral dos sujeitos. Essa abordagem requer flexibilidade, sensibilidade e abertura para novas possibilidades pedagógicas, que respeitem a diversidade e promovam a equidade.

A escola, nesse panorama, não é apenas um local de reprodução cultural, mas um espaço potencial de inovação social. Deleuze (1988) indica que a resistência, quando articulada de forma produtiva, transforma relações e cria novas experiências de aprendizagem. Educadores e alunos tornam-se coautores de processos educativos, capazes de reinventar práticas e construir significados que vão além das expectativas institucionais, promovendo uma cultura de participação e responsabilidade compartilhada.

Reconhecer o poder e a resistência na escola significa assumir que a transformação é um processo contínuo e complexo. Foucault (2008) evidencia que cada gesto, cada regra e cada interação carrega potencial de disciplinar ou libertar. A educação se apresenta como um campo de experimentação ética e política, no qual a reflexão crítica, a criatividade e a capacidade de resistência se entrelaçam, possibilitando que instituições escolares se tornem ambientes de emancipação e inovação constantes.

2.7. FOUCAULT: EDUCAÇÃO, PODER E SUBJETIVIDADE

A educação, sob o olhar de Michel Foucault, constitui-se como um campo permeado por estratégias de poder e dispositivos de controle que moldam modos de ser e de pensar. “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia” (Foucault, 1979, p. 183). Essa concepção rompe com a ideia tradicional de poder como posse e o entende como relação, presente em cada interação que estrutura o cotidiano escolar. A escola, portanto, não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas um território de disputas simbólicas e políticas que produzem subjetividades.

O filósofo francês demonstra que o poder não opera unicamente por coerção, mas pela constituição de saberes e pela normalização de comportamentos. “O indivíduo é um efeito do poder e, ao mesmo tempo, o seu veículo” (Foucault, 1979, p. 35). Essa afirmação evidencia que a educação fabrica sujeitos através de práticas discursivas e institucionais que orientam condutas e regulam desejos. Ao compreender essa dinâmica, é possível perceber que o processo educativo está intrinsecamente ligado à produção de identidades e à configuração de modos de existência.

As análises de Foucault sobre as instituições modernas revelam a emergência de formas disciplinares que transformaram o corpo e a mente em objetos de intervenção e controle. Em *Vigiar e Punir*, o autor afirma que “a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados” (Foucault, 2008, p. 135). A escola surge como um dos espaços privilegiados dessa racionalidade disciplinar, onde o tempo, o espaço e os gestos são meticulosamente organizados. Essa estrutura permite observar como o poder se infiltra nas práticas pedagógicas mais cotidianas, configurando um tipo de subjetividade adaptada à ordem social.

O saber pedagógico, longe de ser neutro, está imbricado nas relações de força que atravessam a sociedade. Segundo Candiotto (2010), Foucault propõe uma “crítica da verdade” que questiona a pretensa objetividade dos discursos científicos e educacionais. A verdade, nesse contexto, é resultado de jogos de poder que determinam o que pode ser dito, ensinado e aprendido. A escola, ao reproduzir esses discursos, participa da legitimação de certas formas de conhecimento em detrimento de outras, configurando hierarquias simbólicas e epistemológicas.

O conceito de *dispositivo*, formulado por Foucault e aprofundado por Deleuze (1996), ajuda a compreender o funcionamento da instituição escolar como rede heterogênea de práticas, discursos e normas. “O dispositivo é aquilo que tem a capacidade de capturar, orientar e determinar gestos e condutas” (Deleuze, 1996, p. 124). A escola, como dispositivo, atua simultaneamente no controle e na produção, fabricando sujeitos ajustados aos padrões sociais, mas também capazes de resistência e criação. Essa ambiguidade é fundamental para compreender o

potencial transformador da educação.

A disciplina e a vigilância exercem papel central na constituição da subjetividade moderna. “Vigiar e punir é um projeto que visa à gestão dos corpos e à docilidade das almas” (Foucault, 2008, p. 142). A arquitetura escolar, a divisão dos tempos e a avaliação constante tornam-se mecanismos que induzem comportamentos e consolidam uma moral de obediência. Entretanto, ao mesmo tempo em que normaliza, a disciplina também abre espaço para a autonomia e para a crítica, uma vez que o poder, segundo Foucault, nunca é total nem absoluto.

Veiga-Neto (2003) ressalta que o pensamento foucaultiano permite compreender a escola como um território de práticas discursivas em que o saber e o poder se articulam continuamente. “A educação é um modo de governo das condutas, mas também um campo de resistência” (Veiga-Neto, 2003, p. 58). Assim, o ato de educar implica uma tensão permanente entre o controle e a liberdade, entre a reprodução e a invenção. O professor, nesse contexto, é tanto agente do poder quanto mediador de possíveis rupturas.

O exame minucioso das práticas escolares revela que o poder atua de forma difusa e anônima, sustentando-se em procedimentos aparentemente banais. “O poder não é algo que se detém; é uma ação sobre ações” (Foucault, 1985, p. 87). Cada norma, regra ou metodologia carrega uma intenção de conduzir condutas e orientar formas de pensar. Essa constatação convida os educadores a refletirem sobre suas próprias práticas e a reconhecerem o caráter político de cada decisão pedagógica.

Ao deslocar o foco do poder soberano para o poder disciplinar, Foucault demonstra que o controle social opera por meio da interiorização das normas. “O sucesso do poder disciplinar se deve à utilização de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame” (Foucault, 2008, p. 171). Tais mecanismos moldam o sujeito moderno e criam uma economia moral que valoriza a eficiência, a produtividade e a docilidade. A escola, ao adotar esses instrumentos, torna-se peça fundamental na engrenagem da modernidade.

A subjetividade, para Foucault (2006), não é uma essência imutável, mas o resultado de processos históricos e discursivos. “O sujeito é produzido por meio de práticas de sujeição e, simultaneamente, por práticas de liberdade” (Foucault, 2006, p. 45). Isso significa que o mesmo espaço que forma e disciplina também pode abrigar experiências de resistência e invenção. O sujeito educacional, ao se reconhecer atravessado pelo poder, pode reconstruir-se criticamente, rompendo com a passividade imposta pela lógica disciplinar.

Deleuze (2005) interpreta Foucault como um pensador da criação, destacando que o poder é sempre acompanhado por possibilidades de fuga. “Onde há poder, há linhas de resistência” (Deleuze, 2005, p. 96). A escola, nesse sentido, é também lugar de microrresistências — gestos, discursos e práticas que, embora pequenos, abalam as estruturas hegemônicas. A

resistência pedagógica manifesta-se na invenção de novas formas de ensinar, na escuta ativa e na valorização da pluralidade de experiências.

A crítica foucaultiana ao poder não visa sua destruição, mas sua problematização. "A tarefa política da filosofia é mostrar que aquilo que parece necessário pode ser pensado de outro modo" (Foucault, 1996, p. 14). Pensar a educação nessa chave implica revelar as estratégias de poder que se escondem sob o discurso da neutralidade e criar condições para uma prática pedagógica mais ética e reflexiva. Assim, a docência torna-se exercício de cuidado e criação, e não simples reprodução de modelos normativos.

Castro (2009) observa que, ao tratar o saber como prática social, Foucault transforma radicalmente o modo de entender o conhecimento. "Não há saber fora das relações de poder" (Castro, 2009, p. 72). A escola, portanto, é atravessada por múltiplos saberes que não são apenas instrumentos de ensino, mas também de governo das condutas. Reconhecer essa dimensão política do conhecimento permite pensar uma educação comprometida com a pluralidade e a justiça cognitiva.

A educação, quando compreendida sob a ótica foucaultiana, não é apenas campo de reprodução cultural, mas também espaço de invenção e transformação. "O poder só existe quando posto em ação; ele se exerce mais do que se possui" (Foucault, 1979, p. 89). Essa perspectiva rompe com as concepções lineares e propõe uma visão dinâmica das relações pedagógicas, em que o ensino e a aprendizagem se tornam práticas de liberdade e autoconstrução. O conhecimento, nesse contexto, adquire valor ético e político.

A análise foucaultiana da educação convida à responsabilidade intelectual e à reinvenção das práticas pedagógicas. "A crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem, mas em ver de que modo o que é aceito como evidente pode não ser assim" (Foucault, 2006, p. 56). Essa atitude crítica é essencial para compreender a escola como um laboratório de subjetividades, onde se travam lutas simbólicas e se produzem novas possibilidades de existência. O pensamento de Foucault, ao articular poder, saber e sujeito, oferece à educação o desafio de reinventar-se continuamente.

2.8. RELAÇÃO ENTRE PODER E SABER

Michel Foucault rompeu com a tradição filosófica que separava o conhecimento do poder, ao propor que ambos são dimensões interdependentes de um mesmo processo social. "Não existe relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (Foucault, 1979, p. 27). Essa afirmação desloca o entendimento de poder como mera dominação e de saber como pura neutralidade, evidenciando que ambos se alimentam mutuamente na constituição dos sujeitos e das

instituições. Na educação, essa correlação se manifesta na definição do que é considerado conhecimento legítimo, no controle sobre quem pode enunciar verdades e nas formas pelas quais os saberes são transmitidos e avaliados.

A articulação entre poder e saber torna-se particularmente visível na organização dos currículos e nos mecanismos avaliativos que regem a vida escolar. “O poder produz saber; poder e saber implicam-se diretamente” (Foucault, 2008, p. 31). O currículo não é um simples conjunto de conteúdos neutros, mas uma tecnologia política que seleciona e hierarquiza conhecimentos, delimitando o que deve ser ensinado e o que deve permanecer à margem. Esse processo cria uma economia simbólica do saber, na qual determinados discursos ganham status de verdade enquanto outros são desqualificados como irrelevantes ou incorretos.

A escola, ao institucionalizar determinados saberes, participa da produção de uma ordem discursiva que define quem tem autoridade para falar e o que pode ser dito. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder de que se quer apoderar” (Foucault, 1996, p. 12). Ao definir os conteúdos, os métodos e as formas de avaliação, a instituição educativa atua como um campo de poder, controlando a circulação dos discursos e moldando subjetividades compatíveis com a racionalidade vigente. A educação não apenas transmite conhecimentos, mas fabrica verdades e produz modos de pensar.

Veiga-Neto (2003) destaca que o pensamento foucaultiano permite compreender a escola como uma rede de saber-poder, em que o conhecimento é simultaneamente instrumento de formação e de controle. “O currículo é uma tecnologia de governo, uma forma de condução das condutas” (Veiga-Neto, 2003, p. 72). Através de suas práticas cotidianas — provas, relatórios, planejamentos — a escola estabelece regimes de verdade que legitimam determinadas competências e comportamentos, naturalizando hierarquias intelectuais e sociais. Esse processo se reproduz continuamente, sustentando o funcionamento do poder em sua dimensão mais sutil.

Foucault (1985) sugere que o saber não deve ser entendido como simples acúmulo de informações, mas como uma prática que organiza o real e define os limites do que pode ser conhecido. “O saber não é feito para compreender, é feito para cortar” (Foucault, 1985, p. 27). Ao delimitar fronteiras entre o verdadeiro e o falso, o conhecimento torna-se uma ferramenta de ordenamento e classificação.

Na escola, esse corte epistemológico se manifesta na distinção entre alunos competentes e incompetentes, entre conteúdos centrais e periféricos, revelando o caráter político do processo de aprendizagem. (Juliana Balta Ferreira, 2025)

As avaliações escolares operam como dispositivos de poder-saber que regulam os comportamentos e internalizam normas. “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (Foucault, 2008, p. 164). O ato de avaliar ultrapassa a função de medir desempenhos, tornando-se uma forma de vigilância que produz subjetividades disciplinadas. O aluno aprende não apenas conteúdos, mas também a ser avaliado, a se comparar e a se submeter a critérios instituídos. O poder, assim, age de modo produtivo, fabricando indivíduos ajustados aos padrões de normalidade.

Candiotto (2010) argumenta que a crítica foucaultiana da verdade é central para compreender a relação entre saber e poder na educação. “A verdade é um efeito das práticas discursivas e institucionais” (Candiotto, 2010, p. 45). O conhecimento escolar é resultado de disputas históricas e sociais que definem o que pode ser considerado válido. Cada disciplina, cada metodologia e cada instrumento pedagógico é atravessado por decisões políticas, ainda que travestidas de neutralidade científica. O saber, nesse sentido, é inseparável das estratégias que o sustentam e o fazem operar como verdade.

A formação docente também está imersa nessa teia de poder-saber. “O poder circula por meio de todos, e cada um o exerce nas posições em que se encontra” (Foucault, 1979, p. 98). O professor, ao exercer sua autoridade pedagógica, é simultaneamente sujeito e objeto das relações de poder. Sua prática é moldada por normas institucionais, políticas educacionais e discursos científicos que orientam o que deve ser ensinado e como o ensino deve ocorrer. Ao mesmo tempo, é ele quem concretiza e reproduz essas normas, participando ativamente da manutenção das estruturas de saber-poder.

Dreyfus e Rabinow (2010) explicam que Foucault não vê o poder como um sistema opressor unidirecional, mas como uma rede que se constitui nas próprias relações sociais. “O poder é produtivo; ele fabrica realidades, produz objetos de saber e ritualiza a verdade” (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 152). A escola, ao aplicar provas, elaborar currículos e selecionar conteúdos, está fabricando realidades cognitivas, definindo não apenas o que os alunos devem aprender, mas também o que devem ser. Trata-se de um processo de subjetivação contínua, sustentado pela articulação indissociável entre poder e saber.

A legitimação do conhecimento escolar reflete as disputas por hegemonia cultural e política. “Não há saber que não suponha uma relação de poder” (Foucault, 1977, p. 27). As disciplinas escolares resultam de escolhas históricas que consolidam certas formas de racionalidade, marginalizando outras. A hegemonia de saberes científicos e eurocêntricos, por exemplo, expressa o funcionamento de uma biopolítica do conhecimento, que regula os modos de pensar e impõe critérios de verdade universais.

Castro (2009) afirma que o vocabulário foucaultiano revela a historicidade dos conceitos de saber e poder. “A verdade é um conjunto de procedimentos de regulação dos discursos” (Castro, 2009, p. 61). O currículo, nesse sentido, é um regime de verdade institucionalizado, onde práticas, avaliações e discursos se articulam para sustentar uma determinada racionalidade educacional. As políticas curriculares não são apenas instrumentos pedagógicos, mas estratégias de governo que modelam o pensamento e a conduta.

Deleuze (2005) interpreta a noção de poder-saber como um campo de forças dinâmico, em constante transformação. “O poder não reprime, ele produz; ele atravessa e constitui o sujeito” (Deleuze, 2005, p. 45). A escola, ao mesmo tempo que controla, também cria possibilidades de resistência e reinvenção. O aprendizado pode converter-se em ato de liberdade quando os sujeitos reconhecem as condições de sua própria formação e reconfiguram as práticas discursivas que os produzem.

A crítica foucaultiana desafia a neutralidade epistemológica e expõe a dimensão política do conhecimento. “Cada sociedade tem seu regime de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (Foucault, 2006, p. 59). A educação é o espaço privilegiado para a reprodução e também para o questionamento desses regimes. O poder-saber, longe de ser apenas um instrumento de dominação, é campo de disputa, no qual emergem possibilidades de transformação e novas formas de pensar o mundo.

Veiga-Neto (2003) enfatiza que reconhecer a articulação entre poder e saber é condição para práticas pedagógicas críticas. “Pensar a escola como prática política é compreender que o ensino nunca é neutro” (Veiga-Neto, 2003, p. 81). A consciência dessa interdependência possibilita reconfigurar o papel do educador e do estudante, promovendo uma pedagogia voltada à autonomia e à reflexão. Nessa perspectiva, o conhecimento torna-se exercício ético e político de liberdade.

O estudo da relação entre poder e saber em Foucault convida à problematização constante do que se entende por verdade, educação e sujeito. “O poder não é uma instituição, mas o nome dado a uma situação estratégica complexa em uma sociedade” (Foucault, 1979, p. 93). Essa complexidade evidencia que o ato de conhecer nunca é desinteressado, e que todo processo educativo envolve escolhas, exclusões e disputas. Reconhecer isso é o primeiro passo para construir uma escola mais consciente de suas práticas e mais comprometida com a criação de novas possibilidades de existência.

2.9. A GENEALOGIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

A investigação genealógica proposta por Michel Foucault permite compreender as instituições educativas como construções históricas atravessadas por práticas de poder e

dispositivos de controle. “A genealogia é uma tática que faz aparecer as singularidades lá onde se menos esperam” (Foucault, 1979, p. 31). Essa perspectiva rompe com a visão essencialista de escola como espaço natural de aprendizado, revelando-a como resultado de um longo processo de constituição social e política. A escola, portanto, é uma invenção moderna, vinculada à emergência de novas formas de governo e de disciplinamento dos corpos.

A análise foucaultiana da modernidade mostra que as instituições educativas se consolidaram paralelamente à formação do Estado-nação e das práticas de racionalização social. “O poder disciplinar se instala quando as antigas formas de soberania já não bastam para controlar as multiplicidades humanas” (Foucault, 2008, p. 143). Essa mudança implicou o surgimento de mecanismos de vigilância e organização do tempo, destinados a regular a conduta e a tornar os indivíduos úteis e dóceis. A escola moderna nasce, assim, como parte de um vasto projeto político que buscava transformar populações em sujeitos produtivos e obedientes.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault descreve a passagem de uma sociedade punitiva, centrada na punição pública, para uma sociedade disciplinar, caracterizada pela vigilância e pelo controle minucioso. “A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (Foucault, 2008, p. 135). A instituição escolar adota essas técnicas para ordenar comportamentos e racionalizar o aprendizado, instaurando uma pedagogia do olhar e da normalização. O quadro-negro, as carteiras enfileiradas e os horários fixos são expressões concretas dessa nova racionalidade política que busca domesticar o tempo e o espaço.

A genealogia da escola moderna está intrinsecamente ligada à ascensão do biopoder. “O poder sobre a vida, que emerge no século XVIII, tem como objetivo gerir, controlar e otimizar a existência humana” (Foucault, 1977, p. 141). O corpo torna-se objeto de observação e de aperfeiçoamento, e a educação passa a desempenhar papel crucial na formação de sujeitos disciplinados e produtivos. O saber pedagógico, por sua vez, atua como instrumento dessa gestão, criando categorias, classificando comportamentos e definindo o que é normal e o que deve ser corrigido.

As práticas de ensino se transformam em dispositivos de poder-saber que produzem verdades sobre o aluno, o professor e o aprendizado. “O poder e o saber implicam-se mutuamente; não há relação de poder sem constituição de um campo de saber” (Foucault, 1979, p. 27). As técnicas de observação e registro — notas, relatórios, exames — não apenas medem o desempenho, mas constroem identidades. O estudante é reduzido a um conjunto de dados e desempenhos, incorporando uma subjetividade moldada pelas normas institucionais.

O currículo escolar surge como instrumento central nesse processo de normalização. Veiga-Neto (2003) observa que o currículo é “uma tecnologia de governo das condutas” (p. 72). Ele define o que deve ser ensinado, quem pode ensinar e de que modo o conhecimento deve ser

avaliado. A genealogia do currículo revela sua natureza política: longe de ser um repertório neutro de conteúdos, é um campo de disputa por legitimidade e poder. A organização dos saberes escolares reflete, portanto, as relações de força que atravessam o espaço social.

O método disciplinar da escola moderna inspira-se nas técnicas militares e religiosas, adaptadas para o contexto civil. "O modelo monástico e o quartel serviram como laboratórios de poder disciplinar" (Foucault, 2008, p. 139). O controle do corpo, o silêncio, a repetição e a obediência tornaram-se princípios pedagógicos. O aprendizado passou a depender da vigilância constante e da interiorização da norma, transformando o aluno em sujeito que se autoavalia e se autocorrige. Essa interiorização é o que garante a eficácia do poder disciplinar sem necessidade de coerção explícita.

A arquitetura escolar também expressa o funcionamento dessa racionalidade. "A visibilidade é uma armadilha" (Foucault, 2008, p. 199). Inspirado no modelo panóptico de Bentham, o espaço educativo é organizado para maximizar a vigilância e o controle. O olhar do professor substitui o do soberano, e o exame assume o papel de tribunal permanente. Essa estrutura arquitetônica é, ao mesmo tempo, simbólica e prática: ela materializa a relação entre saber e poder, tornando o controle contínuo e quase invisível.

A genealogia mostra que o surgimento da escola moderna coincide com a necessidade de governar populações em larga escala. "O poder disciplinar é a técnica pela qual se fabrica a individualidade útil" (Foucault, 2008, p. 156). A educação torna-se instrumento da biopolítica, inserindo os indivíduos em uma lógica de produtividade e docilidade. O conhecimento é administrado como recurso de governo, e o sujeito escolar é treinado para responder às demandas de uma sociedade industrial e burocrática.

Candiotto (2010) aponta que a genealogia foucaultiana da educação revela uma crítica à noção de progresso. "O poder não é apenas repressão, é produção de saber e de subjetividade" (Candiotto, 2010, p. 49). A escola, sob essa ótica, não representa avanço natural da civilização, mas uma estratégia de administração da vida coletiva. Ela cria condições para a emergência de novas formas de sujeição e de adaptação às normas sociais. Assim, a genealogia desmistifica a ideia de que ensinar é um ato puramente altruísta, mostrando seus vínculos com a racionalidade política moderna.

Deleuze (2005) reforça que a genealogia proposta por Foucault não busca as origens fixas das instituições, mas seus pontos de emergência e mutação. "A genealogia não é uma busca pela essência, mas pela diferença que produz o presente" (Deleuze, 2005, p. 74). A escola, nesse sentido, é resultado de um entrelaçamento de discursos e práticas que se transformaram ao longo dos séculos, acompanhando as mudanças nas formas de poder. Sua existência não é necessária, mas contingente, o que significa que pode ser reconfigurada.

As práticas de classificação, inspeção e avaliação escolar traduzem a racionalidade moderna de governo dos corpos e das almas. “O exame é o olhar normalizador que qualifica, classifica e pune” (Foucault, 2008, p. 185). Por meio dele, o sujeito é continuamente comparado, medido e hierarquizado. A genealogia dessas práticas mostra que o controle escolar não é externo ao conhecimento, mas parte integrante de sua produção. Saber e poder se fundem na constituição da identidade do aluno.

O papel do professor também se transforma dentro desse contexto disciplinar. “O poder circula; ele não está localizado em nenhum ponto fixo” (Foucault, 1979, p. 98). O educador não é apenas transmissor de conteúdos, mas agente de vigilância, mediador das normas e executor de dispositivos. Sua autoridade é construída pela própria estrutura institucional que o observa, avalia e regula. Ele é simultaneamente sujeito e instrumento do poder, o que o coloca em uma posição ambígua dentro do sistema educacional.

A genealogia das instituições educativas evidencia que o saber pedagógico nasce da articulação entre poder político e racionalidade científica. “O saber é um efeito das relações de poder, e o poder se exerce por meio da produção de saberes” (Foucault, 1979, p. 27). As ciências da educação, a psicologia e a pedagogia foram responsáveis por consolidar normas de comportamento e padrões de desenvolvimento. A escola moderna, amparada por esses discursos, assume o papel de laboratório social, no qual se experimenta a governabilidade do indivíduo.

Castro (2009) afirma que compreender a escola sob a ótica genealógica é reconhecer sua historicidade e sua contingência. “A genealogia revela as práticas que nos tornaram o que somos e abre a possibilidade de pensar o que podemos ser” (Castro, 2009, p. 67). Ao tornar visíveis as relações de poder que estruturam o campo educativo, a genealogia convida à reflexão sobre outras formas de ensinar e aprender. Essa perspectiva possibilita imaginar uma educação que, em vez de reproduzir docilidade, estimule a autonomia e a crítica.

A leitura foucaultiana das instituições educativas permite, portanto, compreender a escola como resultado de uma história de práticas e saberes, e não como expressão de uma essência humana. “A história é o que nos separa de nós mesmos e nos dá a possibilidade de nos transformarmos” (Foucault, 2006, p. 56). A genealogia das instituições educativas mostra que a escola, enquanto tecnologia política, participa da produção de sujeitos e de verdades, mas também carrega o potencial de reconfigurar essas formas de poder. Ao reconhecer sua natureza histórica e política, torna-se possível pensar em outras pedagogias e subjetividades ainda por vir.

Essa leitura desloca a compreensão tradicional da educação como campo neutro, revelando sua inserção em um complexo jogo de forças que molda comportamentos, regula condutas e institui formas específicas de subjetividade. “Onde há poder, há resistência, e no entanto ou melhor por isso, nunca há o poder” (Foucault, 1979, p. 91). O reconhecimento dessa

tensão abre espaço para uma pedagogia crítica que não busca escapar do poder, mas problematizar suas estratégias e transformá-lo em ferramenta de criação e emancipação. A genealogia, nesse sentido, não é uma denúncia moral, mas uma forma de tornar visíveis as condições históricas que sustentam o presente e de questionar seus efeitos sobre os modos de existir.

Deleuze (2005) aprofunda essa perspectiva ao afirmar que o pensamento foucaultiano oferece não apenas uma análise do poder, mas uma filosofia da diferença e da transformação. "Pensar, para Foucault, é sempre resistir, é fazer variar o campo das forças" (Deleuze, 2005, p. 117). Aplicada à educação, essa concepção desloca o foco da adaptação e do controle para o movimento criador da aprendizagem. A escola pode ser compreendida como um espaço em que forças heterogêneas se cruzam, ora reforçando mecanismos de normalização, ora abrindo brechas para a invenção de novas práticas e discursos. A pedagogia, nesse contexto, assume uma dimensão ética e estética, voltada à experimentação de modos outros de ensinar e aprender.

A genealogia das instituições educativas, ao evidenciar os dispositivos de poder que sustentam o currículo, a avaliação e a própria noção de "aluno ideal", também revela a possibilidade de fissuras no interior do sistema. Veiga-Neto (2003) observa que "problematizar a educação é um gesto político que visa criar espaços para pensar o impensado e dizer o indizível" (p. 84). Ao reconhecer o caráter construído e contingente das práticas pedagógicas, abre-se a oportunidade de reconfigurar as relações entre saber e poder, deslocando o eixo da obediência para a reflexão crítica. Essa atitude implica transformar o ato educativo em campo de resistência e invenção, em vez de simples reprodução de normas sociais.

A ampliação do olhar foucaultiano sobre a escola conduz a uma ética da problematização constante. A genealogia não oferece respostas prontas, mas incita o pensamento a interrogar os fundamentos do que se considera natural ou necessário. "A crítica não consiste em dizer que as coisas não vão bem, mas em ver de que maneira é possível não ser governado desse modo" (Foucault, 2006, p. 67). Pensar a educação sob esse prisma é compreender que cada prática pedagógica carrega uma forma de governo das condutas, e que a liberdade se manifesta justamente na capacidade de deslocar essas formas, reinventando-as continuamente.

A escola pode ser entendida como um espaço ambíguo, simultaneamente de sujeição e de criação. A genealogia torna visível o caráter produtivo do poder, que não apenas limita, mas também possibilita novas experiências. O desafio que se impõe é o de transformar o dispositivo disciplinar em espaço de experimentação de liberdade, em que o saber deixe de ser instrumento de controle e se converta em potência de pensamento. Assim, o olhar foucaultiano sobre as instituições educativas não conduz ao pessimismo, mas à lucidez crítica que permite vislumbrar a educação como campo de resistência, invenção e transformação ética e política.

2.10. A QUESTÃO DA NORMALIZAÇÃO E DA EXCLUSÃO

A análise foucaultiana do poder revela que sua eficácia não se limita à repressão, mas à produção de normas que regulam comportamentos e definem o que é considerado aceitável em uma determinada sociedade. “O poder disciplinar fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (Foucault, 2008, p. 126). Esse mecanismo não atua apenas sobre os indivíduos, mas cria padrões de conduta, expectativas e valores que se infiltram nas instituições e moldam a vida cotidiana. Na escola, essa lógica se manifesta em práticas de classificação, vigilância e avaliação que organizam os sujeitos de acordo com critérios de normalidade, configurando um campo de saber-poder que define quem é o aluno ideal e quem ocupa o lugar do desvio.

O processo de normalização, tal como Foucault descreve, está ligado à emergência de um tipo de poder que se exerce de maneira capilar, difundido em toda a estrutura social. “A norma é portadora de uma pretensão de poder” (Foucault, 2005, p. 38). Ela não apenas compara e diferencia, mas hierarquiza e corrige, instaurando uma medida comum à qual todos devem se ajustar. Na educação, as normas curriculares, os critérios de avaliação e os regulamentos escolares operam como tecnologias que produzem a distinção entre o normal e o anormal, entre o aluno disciplinado e o indisciplinado, naturalizando desigualdades e exclusões.

Veiga-Neto (2003) observa que a escola moderna nasceu sob o signo da normalização, servindo como um dos principais dispositivos de fabricação de subjetividades ajustadas à racionalidade social. “A escola é uma máquina de normalizar, de ajustar os sujeitos a uma norma social historicamente construída” (Veiga-Neto, 2003, p. 69). Essa compreensão desloca o olhar da educação como campo neutro para um espaço de poder em que o controle se exerce por meio da vigilância, da observação e da classificação constante. O aluno é simultaneamente objeto e sujeito desse processo, pois é moldado pelas normas ao mesmo tempo que participa de sua reprodução.

A norma, segundo Foucault, tem uma função estratégica de unificação e controle, pois permite a constituição de uma população governável. “O poder disciplinar é exercido por meio de uma série de técnicas de coerção, que visam tornar os indivíduos úteis e obedientes” (Foucault, 2008, p. 141). As práticas escolares de registro, observação e avaliação transformam o saber pedagógico em instrumento de controle, fazendo com que a vigilância se torne um hábito incorporado. A aprovação e a reprovação, os boletins e os rankings não são apenas indicadores pedagógicos, mas expressões concretas da normalização que estrutura a experiência escolar.

A exclusão, nesse contexto, não é apenas a negação do pertencimento, mas parte constitutiva da própria norma. “A norma, ao mesmo tempo em que inclui, exclui; ela estabelece o campo do normal e, por oposição, o do anormal” (Foucault, 1977, p. 49). Ao definir quem é o sujeito que aprende, o sistema educacional estabelece também quem está fora dos parâmetros do

aprendizado legítimo. Essa lógica cria fronteiras simbólicas que se reproduzem em práticas pedagógicas e políticas educacionais, reforçando desigualdades estruturais sob o discurso da meritocracia e da eficiência.

A genealogia foucaultiana das instituições mostra que as práticas de normalização surgem junto com o desenvolvimento do Estado moderno e das ciências humanas. “O poder disciplinar aparece quando as técnicas de vigilância e de exame se tornam instrumentos de controle social” (Foucault, 2008, p. 189). A escola, a prisão e o hospital são exemplos paradigmáticos de instituições que compartilham dispositivos de poder, articulando saberes específicos – pedagógicos, jurídicos ou médicos – que sustentam as normas de conduta e legitimam práticas de exclusão.

Castro (2009) salienta que o vocabulário foucaultiano da norma e do desvio permite compreender o funcionamento das instituições modernas como espaços de regulação biopolítica. “A norma é o elemento que articula o biopoder e o poder disciplinar” (Castro, 2009, p. 122). No contexto escolar, isso significa que a normalização ultrapassa o controle individual para atingir dimensões populacionais, gerenciando o rendimento coletivo, a produtividade e o comportamento dos grupos. O discurso da qualidade educacional e da padronização curricular pode, assim, ser lido como expressão contemporânea dessa racionalidade normalizadora.

O exame, como técnica privilegiada de poder-saber, exemplifica a articulação entre vigilância e normalização. “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (Foucault, 2008, p. 164). Ele transforma o aluno em objeto de conhecimento e de controle, inserindo-o em uma rede de comparações e medições que individualizam e classificam. A nota e o desempenho tornam-se signos de valor moral e social, produzindo subjetividades que internalizam a norma e se autoavaliam de acordo com ela. Assim, o poder se torna invisível, pois atua por meio da adesão e do consentimento.

Candiotto (2010) enfatiza que a crítica foucaultiana da verdade tem implicações diretas para a compreensão da normalização escolar. “A verdade é um efeito das práticas que a produzem e a fazem funcionar” (Candiotto, 2010, p. 47). As categorias de normal e anormal não são naturais, mas produtos históricos de discursos que legitimam determinadas formas de saber e poder. A medicalização da infância, os diagnósticos de aprendizagem e as práticas de etiquetamento revelam como a escola participa da produção dessas verdades, definindo quem precisa ser corrigido, orientado ou incluído.

A lógica da inclusão, frequentemente apresentada como antídoto à exclusão, pode reproduzir a própria norma que pretende superar. Deleuze (2005) observa que “o poder não desaparece nas sociedades de controle; ele apenas muda de forma” (p. 83). A inclusão torna-se, muitas vezes, uma nova forma de governamentalidade, que acolhe o diferente desde que ele se

ajuste aos parâmetros da normalidade. Ao invés de suprimir as hierarquias, ela as reorganiza, reafirmando o controle sob o discurso da diversidade. Essa ambiguidade mostra como o poder se reinventa e como é necessário pensar a inclusão de modo crítico e ético.

Dreyfus e Rabinow (2010) argumentam que Foucault nos convida a compreender o poder como relação e não como substância. “O poder é uma estratégia; ele só existe em ato, nas práticas” (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 154). Pensar a normalização na escola é, portanto, pensar as práticas cotidianas que a sustentam: a organização dos horários, a divisão por séries, a vigilância do comportamento e o discurso da competência. Cada gesto, cada norma e cada decisão pedagógica participa dessa rede de micropráticas que produz o campo do normal e do anormal.

A exclusão escolar, sob esse olhar, é uma operação simbólica e material que define os limites da cidadania e do pertencimento. “O biopoder investe a vida, mas também a classifica e a hierarquiza” (Foucault, 1999, p. 247). O fracasso escolar, a evasão e a marginalização de grupos vulneráveis expressam a continuidade de um modelo que normaliza pela exclusão. A genealogia das práticas educativas torna visível como esses mecanismos são históricos e contingentes, abrindo espaço para questionar a naturalidade das desigualdades e propor outras formas de convívio e aprendizagem.

Veiga-Neto (2003) propõe que o desafio contemporâneo da educação está em reconhecer a normalização como dispositivo político e, a partir desse reconhecimento, buscar práticas de resistência. “A escola pode ser o lugar da reprodução, mas também da problematização das normas” (Veiga-Neto, 2003, p. 82). A pedagogia crítica, inspirada por essa leitura, não nega a existência das normas, mas procura torná-las visíveis, analisáveis e transformáveis, produzindo deslocamentos no modo de pensar o outro, a diferença e a aprendizagem.

A questão da normalização e da exclusão, portanto, não se reduz à relação entre disciplina e liberdade, mas envolve a constituição do próprio sujeito moderno. “O poder produz individualidade; é ele que fabrica os sujeitos” (Foucault, 1979, p. 98). O aluno, o professor e o gestor são produtos de discursos que os posicionam dentro de hierarquias de saber e conduta. Compreender esse processo é fundamental para construir práticas educativas capazes de desnaturalizar as verdades e ampliar o campo de possibilidades do ser.

A crítica foucaultiana não busca abolir as normas, mas repensar seus efeitos e limites. “A crítica é a arte de não ser governado assim” (Foucault, 2006, p. 75). Aplicada à educação, essa postura implica cultivar o pensamento como prática de liberdade, isto é, a capacidade de interrogar o que parece evidente e abrir espaço para o diverso. A escola, entendida como espaço político de formação, pode então transformar-se em laboratório de novas formas de convivência, onde a diferença não seja tolerada, mas afirmada como potência criadora de saber e de vida.

A reflexão sobre a normalização e a exclusão à luz de Foucault convida a uma pedagogia

atenta aos jogos de poder que atravessam o cotidiano escolar. A análise das práticas que produzem a distinção entre normal e anormal permite reconhecer o caráter histórico dessas categorias e as possibilidades de resistir a elas. A educação, ao se repensar criticamente, torna-se capaz de reinventar sua função política, passando de um espaço de conformação a um espaço de transformação, no qual cada sujeito possa existir sem ser reduzido aos limites da norma.

2.11. A ÉTICA E O CUIDADO DE SI

Nos últimos cursos de Michel Foucault, a reflexão sobre a ética e o cuidado de si ocupa um papel central em sua filosofia, configurando um deslocamento importante em relação às análises anteriores sobre o poder disciplinar e as práticas de normalização. “O cuidado de si é uma maneira de se relacionar consigo mesmo, uma atitude que implica a liberdade e a reflexão sobre a própria conduta” (Foucault, 2006, p. 71). Essa mudança de foco não representa uma ruptura, mas um aprofundamento da crítica às formas de sujeição modernas, indicando que a resistência não se limita à oposição às estruturas de poder, mas inclui o trabalho ético de transformação de si. O cuidado de si, nesse sentido, torna-se uma prática de liberdade e uma forma de inventar modos de existência não capturados pelas normas dominantes.

A ética, para Foucault, não é um conjunto de regras universais ou prescrições morais, mas uma relação ativa e estética com a própria vida. “A liberdade é a condição ontológica da ética; mas a ética é a forma refletida que a liberdade toma” (Foucault, 2006, p. 284). A vida ética é, portanto, um exercício contínuo de autoconhecimento, de atenção às próprias ações e de criação de um estilo de vida que escapa à homogeneização imposta pelos dispositivos de poder. Essa perspectiva aproxima o pensamento foucaultiano das práticas da antiguidade greco-romana, nas quais o sujeito buscava a formação de si por meio de exercícios espirituais, diálogo e autodomínio.

Castro (2009) observa que o conceito de cuidado de si introduz uma dimensão ética que não contradiz, mas complementa a análise do poder. “O cuidado de si é o reverso da sujeição: é a maneira pela qual o sujeito se constitui fora das determinações imediatas das normas” (Castro, 2009, p. 213). O sujeito foucaultiano não é mero produto das forças sociais, mas um ser capaz de se modificar, de intervir sobre si mesmo e de construir novas possibilidades de existência. No campo da educação, essa concepção implica uma redefinição do papel formativo da escola, que deixa de ser apenas um espaço de disciplinamento para se tornar um ambiente de cultivo de autonomia e reflexão.

Veiga-Neto (2003) propõe que a educação inspirada pelo cuidado de si deve promover a formação de sujeitos éticos e livres, capazes de questionar as normas que os constituem. “Educar é também criar condições para que o sujeito se pense e se governe” (Veiga-Neto, 2003, p. 94). O processo educativo, entendido sob essa ótica, não visa simplesmente transmitir saberes ou

reproduzir padrões de conduta, mas incentivar a prática de uma relação crítica consigo mesmo e com o mundo. A liberdade torna-se, então, uma tarefa a ser exercitada no cotidiano escolar, por meio do pensamento e da ação reflexiva.

O cuidado de si não é isolamento, mas um modo de relação com os outros e com o mundo. “Cuidar de si não é retirar-se do mundo, mas agir sobre si para agir melhor sobre os outros” (Foucault, 2006, p. 61). Essa concepção rompe com a dicotomia entre individualismo e coletividade, sugerindo que o autoconhecimento é condição para uma convivência ética. Na escola, essa perspectiva pode ser traduzida em práticas pedagógicas que valorizem a escuta, o diálogo e o reconhecimento da singularidade, permitindo que cada sujeito se forme sem ser reduzido às exigências da normalização.

Deleuze (2005) interpreta o cuidado de si como uma linha de fuga, uma força criadora que atravessa as relações de poder sem se submeter a elas. “O poder pode capturar a vida, mas há sempre algo na vida que escapa ao poder” (Deleuze, 2005, p. 97). Essa dimensão vital do pensamento foucaultiano oferece à educação uma alternativa à mera reprodução disciplinar: aprender a cuidar de si é aprender a criar-se como diferença. O sujeito ético não é o obediente, mas aquele que se interroga, que pensa, que assume a responsabilidade de sua própria formação.

Candiotto (2010) ressalta que a ética foucaultiana é uma crítica da verdade e de suas pretensões universais. “Cuidar de si é também cuidar do modo como somos conduzidos à verdade” (Candiotto, 2010, p. 119). O exercício ético consiste em interrogar os discursos que definem o que é o bem, o justo, o normal. Na educação, isso significa reconhecer que toda pedagogia é também uma política da verdade e que formar sujeitos críticos implica ensiná-los a desconfiar das evidências, a duvidar das verdades estabelecidas e a reinventar as formas de saber.

Dreyfus e Rabinow (2010) apontam que a ética foucaultiana não é uma moral prescritiva, mas um modo de vida que se realiza na prática. “O sujeito ético é aquele que trabalha sobre si mesmo, transformando suas relações com o poder e com a verdade” (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 164). Essa concepção amplia a noção de resistência, deslocando-a do campo das instituições para o da subjetividade. Resistir, nesse sentido, é cultivar a capacidade de não ser totalmente determinado pelas normas, é praticar a liberdade em meio às forças que tentam capturá-la.

Na escola contemporânea, o cuidado de si pode ser compreendido como uma pedagogia da liberdade. Foucault (2006) afirma que “a prática de si é uma forma de resistência ao governo dos outros” (p. 302). Ao estimular a reflexão e o autoconhecimento, o processo educativo pode ajudar o sujeito a reconhecer e transformar as relações de poder que o atravessam. Essa prática ética não elimina as tensões da vida social, mas oferece instrumentos para enfrentá-las de modo consciente e criador.

O cuidado de si é também um exercício estético, no qual a vida é concebida como obra

em construção. “A vida como obra de arte significa que cada um deve dar forma à sua existência” (Foucault, 2006, p. 110). A educação, nesse contexto, não se reduz a transmitir conteúdos, mas deve possibilitar experiências de criação de si, de invenção de estilos de pensamento e de sensibilidade. A ética, então, se torna inseparável da estética da existência, pois ambas supõem a responsabilidade do sujeito por sua própria transformação.

A partir dessa perspectiva, o papel do educador adquire nova dimensão. O professor não é apenas transmissor de saberes, mas mediador de processos de subjetivação. “Educar eticamente é incitar o outro ao cuidado de si, é provocar a reflexão sobre o modo de viver” (Veiga-Neto, 2003, p. 108). A sala de aula pode se converter em espaço de diálogo ético, onde o conhecimento serve à liberdade e não à docilidade. Assim, o ato pedagógico torna-se um gesto político e existencial de resistência.

O cuidado de si também exige coragem: coragem de pensar, de questionar, de agir diferentemente. “A parresía, ou a coragem da verdade, é o núcleo da prática ética” (Foucault, 2006, p. 298). No contexto educacional, isso significa formar sujeitos capazes de falar e escutar com responsabilidade, conscientes das implicações éticas de suas palavras e atos. Essa dimensão da ética foucaultiana oferece à pedagogia contemporânea uma base sólida para repensar a formação crítica e democrática.

Castelo Branco e Veiga-Neto (2011) observam que o cuidado de si, ao ser incorporado à reflexão educacional, transforma o sentido da formação. “A formação ética não é obediência à norma, mas criação de si no confronto com as normas” (Castelo Branco; Veiga-Neto, 2011, p. 142). Essa concepção valoriza a autonomia e a singularidade, mas também a responsabilidade e o diálogo, pois o cuidado de si implica sempre o cuidado com o outro e com o coletivo. A ética, assim, se realiza na relação, na troca e na partilha de experiências.

Deleuze (1996) reforça que o cuidado de si, como dispositivo, não se opõe ao poder, mas o atravessa, transformando-o em força criadora. “O dispositivo é sempre um campo de luta, um lugar de resistência e invenção” (Deleuze, 1996, p. 99). No espaço escolar, essa leitura convida a repensar as práticas pedagógicas, não como imposição de modelos, mas como criação de condições para a liberdade. Educar é abrir o pensamento para o possível, é estimular a capacidade de transformação e de autogoverno.

A ética e o cuidado de si, portanto, constituem o horizonte de uma educação voltada para a liberdade e para a criação de novas subjetividades. “O sujeito não é dado, ele se faz, e esse fazer é um exercício de liberdade” (Foucault, 2006, p. 287). Essa concepção recoloca a formação em seu sentido mais profundo: não o de adestrar corpos ou transmitir conteúdos, mas o de provocar existências pensantes, capazes de agir sobre si e sobre o mundo. A prática educativa, inspirada nessa ética, pode tornar-se uma das expressões mais potentes da resistência criadora.

A leitura foucaultiana do cuidado de si, ao valorizar a liberdade como prática, oferece à educação uma alternativa à racionalidade disciplinar. O sujeito ético é aquele que, ao cuidar de si, transforma o modo como se relaciona com o saber, com o poder e com os outros. O cuidado de si é, portanto, uma pedagogia da transformação, um convite à construção de si mesmo como obra de pensamento e ação. Nesse gesto de cuidado, a educação reencontra sua dimensão mais humana: a de possibilitar a invenção contínua de formas de vida mais livres, conscientes e solidárias.

2.12. AS IDEIAS DE FOUCAULT NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

As reflexões de Michel Foucault mantêm uma força analítica surpreendente para compreender os desafios da educação contemporânea. “O poder deve ser analisado como algo que circula, que funciona em cadeia, que nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns” (Foucault, 1979, p. 183). Essa concepção descentralizada do poder torna-se especialmente relevante quando se observam as novas formas de controle e vigilância nas escolas e universidades, agora intensificadas por tecnologias digitais, sistemas de monitoramento e plataformas algorítmicas. O pensamento foucaultiano permite compreender que, ainda que as formas mudem, os mecanismos de regulação dos corpos e das condutas persistem sob novas roupagens.

O conceito de biopolítica, desenvolvido por Foucault, ilumina a gestão contemporânea da vida escolar. “O poder moderno tem por objeto a vida, administrando-a e regulando-a” (Foucault, 1999, p. 217). Nas instituições educativas, essa biopolítica manifesta-se na obsessão pela mensuração de resultados, pelo controle das aprendizagens e pelo disciplinamento dos tempos e espaços escolares. A cultura da eficiência e do desempenho cria sujeitos voltados para a produtividade, configurando uma nova forma de docilidade: o estudante autoavaliado, constantemente comparado e vigiado.

Castro (2009) destaca que a atualidade do pensamento de Foucault está em sua capacidade de revelar o poder onde menos se espera. “O poder não se esconde apenas na repressão, mas nas formas sutis de governo das condutas” (Castro, 2009, p. 144). Essa constatação ganha relevância no contexto das tecnologias educacionais, nas quais o controle assume uma aparência de neutralidade. Plataformas de ensino, algoritmos de recomendação e sistemas de ranqueamento operam como dispositivos de poder-saber, orientando as condutas sob o pretexto da personalização da aprendizagem.

Deleuze (1996) observa que vivemos o advento das “sociedades de controle”, nas quais a disciplina se transforma em modulação contínua. “Não se trata mais de internar, mas de acompanhar e registrar permanentemente” (Deleuze, 1996, p. 97). As escolas e universidades tornaram-se laboratórios dessa nova racionalidade, em que a vigilância é difusa e o poder opera

por meio de dados, indicadores e estatísticas. O ambiente educacional digital configura um novo panoptismo, onde cada clique, resposta ou comportamento é mensurado e transformado em informação útil para governar a aprendizagem.

Veiga-Neto (2003) analisa que as práticas de avaliação contemporâneas constituem um dos principais mecanismos de normalização. “A avaliação é o dispositivo que assegura a vigilância e a homogeneização dos sujeitos” (Veiga-Neto, 2003, p. 102). O foco nas métricas e nos rankings redefine o sentido da formação, substituindo o aprendizado pela performatividade. O estudante não é incentivado a pensar, mas a alcançar padrões estabelecidos de rendimento. A lógica neoliberal penetra o campo educativo e transforma o saber em capital mensurável.

Candiotto (2010) ressalta que a crítica foucaultiana da verdade permanece essencial para compreender a autoridade do discurso educacional contemporâneo. “A verdade não é exterior ao poder; ela é um efeito de poder e produz efeitos de poder” (Candiotto, 2010, p. 128). No contexto atual, as verdades pedagógicas são produzidas por discursos técnicos e científicos que definem o que é aprendizagem eficaz, competência, qualidade e inovação. Essa produção discursiva, ao mesmo tempo em que promete emancipação, reforça hierarquias e exclusões.

Foucault (1985) argumenta que todo regime de saber implica práticas de classificação e exclusão. “O saber é sempre um recorte do real, uma delimitação do que pode ser dito e conhecido” (Foucault, 1985, p. 79). As políticas curriculares, as avaliações padronizadas e as competências globais são instrumentos dessa delimitação, determinando o que deve ser aprendido e o que pode ser esquecido. Assim, o poder-saber opera tanto pela inclusão quanto pela exclusão, produzindo sujeitos aptos ao sistema e marginalizando aqueles que não se enquadram.

Castelo Branco e Veiga-Neto (2011) observam que as escolas contemporâneas incorporam dispositivos de controle cada vez mais sofisticados, sustentados por discursos de inovação. “A tecnologia não é neutra; ela faz parte da rede de poder que constitui o sujeito moderno” (Castelo Branco; Veiga-Neto, 2011, p. 189). As ferramentas digitais ampliam a capacidade de vigilância e automonitoramento, transformando o estudante em gestor de sua própria submissão. Essa racionalidade tecnocrática redefine o sentido de autonomia, tornando-a sinônimo de autoaperfeiçoamento e desempenho.

Deleuze (2005) enfatiza que o desafio contemporâneo está em inventar linhas de fuga dentro dos dispositivos de controle. “Pensar é resistir; e resistir é criar novos modos de existência” (Deleuze, 2005, p. 112). A pedagogia inspirada por Foucault e Deleuze busca abrir espaços de experimentação, em que o saber não seja apenas transmissão, mas criação compartilhada. Trata-se de uma resistência ética e estética, que se dá no cotidiano escolar, nas pequenas brechas da norma, nos gestos de solidariedade e na invenção de práticas colaborativas.

Dreyfus e Rabinow (2010) lembram que o pensamento foucaultiano não é uma teoria do

pessimismo, mas uma ontologia crítica do presente. “Foucault nos convida a pensar o modo como somos governados e como nos governamos” (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 154). Essa provocação é fundamental para a educação, pois desloca o foco das estruturas institucionais para as práticas concretas de liberdade. O educador, nesse contexto, torna-se um agente de problematização, alguém que convida os estudantes a refletirem sobre as condições de sua própria formação.

O conceito de “governamentalidade” torna-se central para compreender as novas pedagogias digitais. Foucault (2005) afirma que “governar é estruturar o campo de ação dos outros” (p. 288). No contexto contemporâneo, as políticas educacionais, as plataformas digitais e os discursos meritocráticos configuram modos de condução das condutas, induzindo subjetividades ajustadas às exigências do mercado. Reconhecer essa dinâmica é condição para pensar uma educação verdadeiramente crítica e emancipadora.

Veiga-Neto (2003) argumenta que uma leitura foucaultiana da educação não busca negar o poder, mas torná-lo visível. “Só é possível resistir ao que se compreende” (Veiga-Neto, 2003, p. 137). O papel do pensamento crítico é desnaturalizar os discursos pedagógicos e revelar as relações de força que os sustentam. Essa atitude não elimina o poder, mas o reinscreve em uma dinâmica reflexiva e ética, capaz de promover novas formas de subjetivação.

O tema do cuidado de si, retomado por Foucault em seus últimos cursos, também oferece caminhos para repensar a formação contemporânea. “Cuidar de si é uma prática de liberdade que se exerce no governo de si e dos outros” (Foucault, 2006, p. 294). A ética do cuidado convida a uma pedagogia voltada para a autonomia e para o pensamento crítico, contrapondo-se à lógica da produtividade e do controle. Formar-se torna-se um ato político de autotransformação e criação de novas formas de vida.

As instituições educativas contemporâneas, tensionadas entre o controle e a liberdade, tornam-se espaços privilegiados para a aplicação das reflexões foucaultianas. “Onde há poder, há resistência” (Foucault, 1977, p. 95). Essa resistência não se dá fora do sistema, mas em seu interior, nos interstícios das práticas e nos gestos de desobediência criadora. A escola, ao promover o pensamento crítico, o diálogo e o cuidado de si, pode converter-se em lugar de transformação social e subjetiva.

As ideias de Foucault permanecem decisivas para compreender os desafios da educação contemporânea, marcada pela intensificação das tecnologias de controle e pela expansão da racionalidade neoliberal. A análise do poder, do saber e da subjetivação oferece instrumentos teóricos para interrogar as novas formas de vigilância, mensuração e normalização. Mas, mais do que denunciar, o pensamento foucaultiano propõe criar espaços de liberdade, práticas éticas e modos de resistência que façam da educação um campo de invenção e de emancipação permanente.

3. CONCLUSÃO

A análise das instituições educativas à luz das reflexões foucaultianas evidencia que a escola não é um espaço neutro, mas um campo atravessado por relações de poder complexas e multifacetadas. Compreender a educação como resultado de práticas históricas e políticas permite superar a visão tradicional de que a escola existe por uma necessidade natural de ensino, reconhecendo seu caráter construído social e culturalmente. Essa perspectiva amplia o horizonte de análise, tornando visíveis os mecanismos de vigilância, normatização e classificação que moldam sujeitos desde sua entrada no ambiente escolar.

Ao refletir sobre disciplina e poder, torna-se claro que a escola exerce funções além da transmissão de saberes. Ela forma comportamentos, estabelece padrões de conduta e influencia modos de pensar e sentir dos indivíduos. Reconhecer essas dimensões possibilita uma leitura crítica do currículo, das avaliações e das relações cotidianas entre professores, alunos e gestores, compreendendo que cada gesto, norma ou prática pedagógica participa da constituição de subjetividades. Esse entendimento é um passo essencial para transformar a educação em espaço de conscientização e protagonismo.

A perspectiva foucaultiana também destaca que, mesmo em contextos marcados pela disciplina e pela normatização, há possibilidades de resistência. O sujeito não é totalmente determinado pelos dispositivos de poder; ele pode intervir sobre si mesmo e sobre as práticas que o atravessam. Essa capacidade de resistência abre caminhos para uma pedagogia mais crítica, que valorize a autonomia, a reflexão e a ética na formação dos estudantes. A educação, portanto, não precisa ser entendida apenas como reprodução de normas, mas como um espaço de experimentação de liberdade e criatividade.

A genealogia das instituições educativas revela que práticas como a vigilância, a avaliação e a normalização não surgem de forma espontânea, mas são produtos históricos que refletem os valores, as necessidades e os discursos de cada época. Compreender a escola nesse contexto permite perceber que suas regras e estruturas podem ser problematizadas e transformadas. Essa consciência histórica oferece aos educadores e estudantes a oportunidade de questionar a lógica do controle e imaginar alternativas que priorizem a inclusão, a diversidade e o desenvolvimento integral dos indivíduos.

A reflexão sobre o poder-saber evidencia que o conhecimento não é neutro e que a autoridade sobre o que é considerado verdadeiro influencia diretamente a constituição dos sujeitos. Esse insight convida a repensar o currículo e as práticas pedagógicas, incentivando um ambiente em que o saber seja compartilhado, debatido e constantemente questionado. O ato educativo se transforma, então, em prática política e ética, capaz de fomentar a capacidade crítica e a

autonomia dos alunos diante de discursos hegemônicos e tecnologias de controle.

A ética e o cuidado de si, embora desenvolvidos por Foucault em um contexto filosófico mais amplo, oferecem instrumentos valiosos para a educação. Ao cultivar o autoconhecimento, a responsabilidade e a reflexão sobre a própria conduta, a escola pode se tornar um espaço de formação ética e emancipadora. Os sujeitos aprendem a se posicionar diante das normas, a questioná-las e a criar novas formas de interação, favorecendo o desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e engajados em suas comunidades.

A compreensão do poder como capilar e difuso, que circula por instituições e relações, desafia educadores a pensar estratégias pedagógicas que não se limitem à imposição de regras, mas promovam o diálogo e a participação ativa. A escola torna-se um laboratório de experimentação social, onde alunos e professores constroem conjuntamente práticas de cooperação, respeito e solidariedade. Essa abordagem valoriza o potencial transformador da educação, reconhecendo que cada sujeito pode contribuir para reconfigurar as relações de poder dentro e fora da escola.

A leitura foucaultiana também destaca que a transformação da educação depende de uma visão crítica das tecnologias, avaliações e sistemas de controle. Ao compreender como esses instrumentos moldam comportamentos e subjetividades, torna-se possível utilizá-los de maneira consciente, equilibrando a necessidade de organização e acompanhamento com a promoção da autonomia e da criatividade. Essa perspectiva reforça que a educação contemporânea pode conciliar eficiência e humanização, disciplina e liberdade, estrutura e inovação.

As reflexões sobre poder, disciplina e instituições educativas inspiram uma abordagem que valoriza o protagonismo dos sujeitos, a ética, a liberdade e a criatividade. Reconhecer a dimensão histórica, política e social da escola abre espaço para práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e transformadoras. A educação, nesse sentido, deixa de ser apenas um mecanismo de conformidade e se torna um espaço de produção de saberes, de formação ética e de invenção de novas formas de vida, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, reflexiva e emancipada.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare Marchesi. **Dos delitos e das penas.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade.** Belo Horizonte: Autêntica; Curitiba: Champagnat, 2010.

CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault: filosofia e política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CASTRO, Edgardo. **O vocabulário de Michel Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, Eduardo Prado. **Estruturalismo: antologia de textos teóricos.** Barcelos: Portugalia, 1968.

COLLI, Giorgio. **O nascimento da filosofia.** Lisboa: Edições 70, 2010.

COLLI, Giorgio. **Instintos e instituições.** In: COLLI, Giorgio. **A ilha deserta e outros textos.** São Paulo: Iluminuras, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana.** Lisboa: Veja, 1996.

DIAS, F. P. O.; ENDLICH, A. G. **A pesquisa documental como ato responsável e responsivo.** In: IV Encontro de Estudos Bakhtinianos [EEBA]: das Resistências à Escatologia Política: risos, corpos e narrativas enunciando uma ciência outra, 2017, Campinas, SP**.** Slam: voz e resistência**,** p. 310-315, 2017.

DREYFUS, Herbert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUQUE, Rita de Cássia Soares; COSTA JÚNIOR, João Fernando; DI SANTO, Marcella Suarez; OLIVEIRA, António de Pádua Jesue; QUEIROZ, Patrícia Pereira N. de; PLACIDO, Reginaldo Leandro; SOUZA, Jhon Wender Ferreira de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; VELOSO, José Anderson Bastão (Orgs.). **Educação contemporânea, psicologia e diversidade.** 1. ed. Vitória, ES: Editora Educação Transversal, 2023. 146 p. ISBN 978-65-87634-21-0. DOI: https://doi.org/10.55470/editora.978-65-87634-21-0.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política.** 2. ed. (Coleção Ditos e Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto: Universidade de Algarve, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CLUBE DE AUTORES

E-BOOK - 2025